



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**JEANE BIZERRA BASTOS**

**DOCÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE O MAL ESTAR DOCENTE**

**FORTALEZA**

**2021**

JEANE BIZERRA BASTOS

**DOCÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE O MAL ESTAR DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, FACED – Faculdade de Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Pedagoga.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B329d Bastos, Jeane Bizerra.  
DOCÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE O MAL ESTAR  
DOCENTE / Jeane Bizerra Bastos. – 2021.  
73 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,  
Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia  
, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Camilla Rocha da Silva.

1. Neoliberalismo . 2. Docência. 3. Precarização da Educação. I. Título.

CDD 370

---

JEANE BIZERRA BASTOS

DOCÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE O MAL  
ESTAR DOCENTE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, FAGED – Faculdade de Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Pedagoga.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra Camilla Rocha da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria José Albuquerque da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

FORTALEZA  
2021

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais que me deram o incentivo e ajuda necessária para permanecer no curso, sempre se alegrando e orgulhando de cada passo e conquista que consegui ao longo desses anos.

A meu namorado que foi o primeiro a me apoiar e incentivar o meu interesse em concluir um curso de graduação. Que se fez presente em diversos momentos, oferecendo seus conhecimentos quando precisei, leveza em situações mais difíceis, críticas construtivas e incentivo para que eu pudesse dar sempre o meu melhor.

A professora Camilla que se interessou pelo tema escolhido e com muita paciência, sabedoria, competência e profissionalismo me guiou nesse trajeto tão difícil que é a construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores Luís Távora e Maria José, participantes da banca, por quem tenho grande admiração e que se fizeram presentes em outros momentos da minha graduação, sendo, para mim, referência de sensibilidade, inteligência e humanidade.

A todo corpo docente do Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará FACED - UFC, em especial à professora Robéria Vieira e à professora Bernadete Porto, pelos conhecimentos adquiridos durante o curso. Os ensinamentos e experiências que este lugar me proporcionou me trouxeram transformações que durarão para sempre.

## RESUMO

Ao longo da história da sociedade, o trabalho já passou por diversas fases e mudanças, sendo referência de coletividade e prazer à perda da identidade do próprio sujeito ou exploração. Afetada por essas transformações, a educação é, hoje, um instrumento utilizado para satisfazer as necessidades de um sistema social e financeiro regido pelo capital, desfazendo, então, do real significado da educação e afetando a saúde docente, por meio da precarização e desvalorização da profissão. Este estudo tem como objetivo analisar fatores que influenciam na saúde emocional dos professores, com ênfase no contexto social e econômico que estão inseridos. O método e abordagem desta pesquisa é de carácter qualitativo e quantitativo, pois foi utilizado pesquisas teóricas e pesquisas de campos para fazer o estudo e análise acerca do tema. No levantamento bibliográfico consultou-se artigos, trabalhos acadêmicos e livros que tratam sobre neoliberalismo e saúde docente, como Duarte (2011); Frigotto (2010); Saviani (2005); Santos e Andrioli (2005); Libâneo (2004), Codo (1999), dentre outros. Diante dos resultados obtidos por meio dos autores estudados e da pesquisa aqui desenvolvida, conclui-se que a classe docente está sendo constantemente afetada pelas mudanças impostas, por um estado com influências e políticas neoliberais, assim, o ambiente escolar tem sido lugar de precarização e a docência, uma profissão de desencanto e exaustão para os profissionais da educação.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Docência. Precarização.

## ABSTRACT

Throughout society's history, work has gone through several phases and changes, being a reference of collectivity and pleasure to the loss of the subject's own identity or exploitation. Affected by these transformations, education is today an instrument used to meet the needs of a social and financial system governed by capital, thus undoing the real meaning of education and affecting the health of teachers, due to the precariousness and devaluation of the profession. This study aims to analyze the factors that influence the emotional health of teachers, with an emphasis on the social and economic context in which they are inserted. The method and approach of this research are qualitative and quantitative, since theoretical and field research were used to study and analyze the topic. In the bibliographic survey, articles, academic works and books dealing with neoliberalism and teacher health were consulted, such as Duarte (2011); Frigotto (2010); Saviani (2005); Santos and Andrioli (2005); Libâneo (2004), Codo (1999), among others. Given the results obtained by the authors studied and the research developed here, it is concluded that the teaching class is constantly being affected by the changes imposed by a State with neoliberal influences and policies, therefore, the school environment has been a place of precariousness and teaching, a profession of disenchantment and exhaustion for education professionals.

**Keywords:** Neoliberalism. Teaching. Precariousness.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Faixa etária dos participantes da pesquisa .....	43
Figura 2: Dias afastados .....	44
Figura 3: Sinto-me esgotado emocionalmente por meu trabalho.....	53
Figura 4: Sinto-me cansado ao final do dia de trabalho.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Figura 5: Sinto que estou trabalhando muito .....	55
Figura 6: Quando levanto-me pela manhã e vou enfrentar outra jornada de trabalho, sinto-me cansado .....	55
Figura 7: Trabalhar com pessoas o dia todo me exige muito esforço .....	56
Figura 8: Trabalhar diretamente com pessoas causa-me estresse .....	56
Figura 9: Meu trabalho deixa-me exausto .....	57
Figura 10: Sinto-me frustrado com o meu trabalho.....	58
Figura 11: Sinto que atingi os limites das minhas possibilidades (pessoal e/ou profissional) .....	59
Figura 12: Posso entender com facilidade o que meus alunos sentem .....	59
Figura 13: Lido de forma eficaz com os problemas dos alunos.....	60
Figura 14: Sinto que influencio positivamente a vida dos outros com o meu trabalho .	60
Figura 15: Sinto-me com muita vitalidade .....	61
Figura 16: Posso criar facilmente uma atmosfera relaxada para os meus alunos .....	62
Figura 17: Sinto-me estimulado após trabalhar com os meus alunos .....	62
Figura 18: Tenho conseguido muitas realizações na minha profissão (pessoal e profissional) .....	63
Figura 19: Sinto que sei tratar de forma adequada os problemas emocionais no meu trabalho .....	64
Figura 20: Creio que trato alguns alunos como se fossem objetos impessoais .....	65
Figura 21: Tenho me tornado mais insensível com as pessoas que trabalho.....	65
Figura 22: O trabalho pode estar me endurecendo emocionalmente	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>defined.</b>	
Figura 23: Não me preocupo realmente com os meus alunos .....	66
Figura 24: Sinto que os alunos/pais me culpam por alguns de seus problemas (educacionais).....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escala de Maslach .....	68
-----------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MBI	Maslach Burnout Inventory
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SciELO	Scientific Electronic Library Online
FMI	Fundo Monetário Internacional
BM	Banco Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	17
3. INTRODUÇÃO AO NEOLIBERALISMO .....	21
3.1 Para início de conversa: Um breve histórico das origens do neoliberalismo .....	22
4. A EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL .....	26
5. ADOECIMENTO DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA .....	42
5.1 Caracterização dos sujeitos .....	42
5.2 Desafios na prática docente .....	44
5.3 Síndrome de Burnout .....	51
5.3.1 <i>A saúde emocional do professor a partir da Síndrome de Burnout</i> .....	53
6. CONCLUSÃO .....	69
REFERÊNCIAS .....	72

## 1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo pós-globalizado e em um contexto onde o neoliberalismo está presente. No seu discurso, a promessa da liberdade econômica e a modernização do Estado, mas na realidade de muitas pessoas, há a seletividade, a competitividade, a exclusão social e outras mazelas. O trabalho, que para Marx (1996), é intrínseco com a dimensão ontológica do homem, isto é, é a essência do sujeito e meio que o introduz o caráter social, é o que media a sua relação com a natureza, o difere do animal.

Através do trabalho pensado, planejado e com uma finalidade, é que o ser humano se realiza e desenvolve suas potencialidades. Porém, o trabalho e os seus frutos são produzidos socialmente e historicamente, dessa forma, existe a necessidade de serem ensinados para os demais, para a nova geração. Essa transmissão de saber ocorreu durante toda a existência da humanidade, de diferentes formas e em diferentes épocas e contextos, até a criação da escola, espaço educativo formal e criado exclusivamente para a educação e formação dos sujeitos, ou seja, para a transmissão e construção dos saberes sociais.

Dessa forma, reflito acerca da educação no contexto do sistema capitalista. Coloca-se, primeiramente, que a educação é feita a partir da relação entre os iguais, é uma ação efetiva a partir de um planejamento e de objetivos, é a democratização e formação do saber científico, cultural e social. Na mediação desse processo há o professor, aquele que assume a postura de estabelecer situações significativas de aprendizagem. O papel de docente requer algumas especificidades, como: reconhecer a complexidade do processo de ensino e aprendizagem, percebendo cada aluno como ser único, que carrega consigo a sua história e particularidades; ser dotado de sensibilidade, consciência social, afetividade, ética e reter a diversidade que há dentre os saberes docentes, que perpassam por diversas áreas.

É no sistema capitalista, berço da competitividade, da eficiência e da produtividade, onde essa educação se mantém, e onde o docente se encontra em uma situação de dualidade. Por um lado, a expectativa de elaborar momentos que efetivem saberes conteudistas e que por diversas vezes, apenas há a reprodução da cultura dominante. Na contramão, a luta dentro de si, na esperança de executar um trabalho docente pautado na formação de seres

críticos e autônomos. Marx (1996) traz a expressão do trabalho abstrato, isto é, “[...] a dimensão do trabalho enquanto simples dispêndio de energia, necessário para a geração do lucro, sem significado em si para o trabalhador” (TOSTES *et al*, 2018, p. 4).

A docência, um trabalho naturalmente humanizado, perde, no contexto capitalista, valores e características próprias. Mas essa dualidade é apenas um dos aspectos que afetam a saúde mental e emocional dos professores. Dentre as problemáticas, há a falta de recursos, espaço físico inapropriado, a violência e incompreensão por parte dos alunos, conflitos internos, carga horária de trabalho excessiva, busca incansável por resultados positivos, baixa remuneração, dentre outros. (MIRANDA, 2017)

Todos esses impasses que percorrem a trajetória docente resultam no adoecimento de muitos desses profissionais, então, a questão é: qual a repercussão que existe na sala de aula a partir de professores que estão adoecendo pela profissão? Em que condições psicológicas e emocionais os docentes estão desenvolvendo o seu trabalho? Qual o impacto na criatividade, relação com os colegas de trabalho, relação aluno-professor e relação com a família a partir do adoecimento da saúde emocional e da saúde mental? Essas são algumas perguntas que movem e conduzem este trabalho.

Uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), em 2018, apontou que 98% dos brasileiros sentem-se cansados e 61% sentem-se exaustos. Ainda na perspectiva dos trabalhadores em geral, o Brasil ficou em 2º posição no quesito de esgotamento por motivos trabalhistas, ficando atrás apenas do Japão.

No âmbito da educação, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) categorizou a docência como uma profissão de alto risco, pela possibilidade de desenvolver doenças ocupacionais, ou seja, doenças ou complicações na saúde desenvolvidas por fatores relacionados ao trabalho (OIT, 1984). Em uma pesquisa realizada pela Associação Nova Escola, no ano 2018, detectou-se que 66% dos professores já precisaram se afastar do trabalho por questões de saúde. A partir do descontentamento com a profissão docente, uma pesquisa feita, com uma amostragem de professores da rede pública e particular, aponta

que apenas 23% dos entrevistados indicariam essa profissão aos jovens vestibulandos. (IBOPE, 2018)

Diante dos fatos evidenciados em diversas pesquisas relacionadas ao stress, cansaço e desilusão com a docência, em que posição fica a saúde mental e emocional? Será que há uma preocupação com tais dimensões tão importantes e influenciadoras nas ações do cotidiano? A saúde mental é um conceito que descreve o grau de qualidade do equilíbrio mental e “pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica” (SPP/DVSAM). A saúde emocional é impactada diretamente pela saúde mental, é como o sujeito vai se portar diante das questões da vida e atividades do seu cotidiano, é a capacidade de controlar os sentimentos.

Quando ocorre o desgaste dessas esferas do ser humano – saúde mental e saúde emocional –, o indivíduo fica propenso a desenvolver transtornos psicológicos e/ou doenças físicas. É comum que os docentes desenvolvam um mal-estar emocional, que se manifesta de diversas formas, citando Dworak (2017, p. 3), este termo representa os “[...] efeitos negativos que advêm das condições pedagógicas, psicológicas e sociais que afetam a personalidade do professor, as quais estão interligadas com as mudanças ocorridas no âmbito social e múltiplas funções que esta precisa desempenhar”.

Daí, surgiu o termo Burnout, que provém da língua inglesa e significa “esgotamento” ou “combustão completa”. O termo é empregado para manifestar um estado de desgaste e cansaço da energia pessoal, geralmente relacionado a frustração com o trabalho. Manifesta-se através de “[...] fadiga persistente, falta de energia, adoção de condutas de distanciamento afetivo, insensibilidade, indiferença ou irritabilidade relacionadas ao trabalho de uma forma ampla, além de sentimentos de ineficiência e baixa realização pessoal” (VIEIRA, 2010, p. 270). Sendo a docência uma profissão de alto risco e permeada de dificuldades e fatores que podem elevar as chances do desgaste da saúde mental e emocional, como já citadas anteriormente, surgiu o interesse da realização da presente pesquisa.

Das experiências pessoais que me fizeram despertar o interesse pelo tema, posso facilmente lembrar que foi a partir das vivências na disciplina de

Estágio na Educação Infantil e no estágio não-obrigatório, onde me mantive por poucos meses. Ao longo do curso de Pedagogia aprendi sobre uma educação que luta pelos direitos da minoria e pela aprendizagem de saberes significativos e fundamentais no processo de libertação das amarras capitalistas e conscientização social do sujeito e de sua realidade; aprendi sobre uma educação que une o cuidar e o educar pois são dois processos que andam juntos; aprendi que o professor precisa ter autoridade na sala de aula, mas não ser autoritário e nem se colocar no centro do ensino e aprendizagem, e assim, aprendi que educar é ensinar e aprender, e que os alunos têm muito a dizer, a mostrar, a desejar.

Foram com esses principais ensinamentos que cheguei na escola, primeiramente na educação pública. Com vontade de agir, de fazer algo com as professoras e para os alunos, deparei-me com algumas situações precárias e docentes exaustas, cansadas. Muitas atividades para produzir em tão pouco tempo; um clima de desconforto e críticas dentro do espaço escolar, entre as próprias professoras e a gestão; reclamações sobre a falta de espaço adequado, sobre a falta de recursos apropriados; alguns pais que chegavam pela manhã cobrando das docentes o que não era do papel dela; e por fim, a correria para se deslocar até outra escola e continuar o trabalho, pois era preciso unir o salário de dois empregos para viver com mais qualidade de vida.

Algum tempo depois, consegui meu primeiro estágio em uma escola particular de Fortaleza. Uma das escolas mais bem avaliadas da cidade, mas mais aparenta ser uma empresa do que uma instituição de educação. O excesso de regras e burocracias foram percebidos logo nos primeiros dias. Os docentes claramente estavam ali apenas para reproduzir todos os desejos e decisões da gestão e dos pais das crianças, visto que não havia quase nada ou nenhuma participação dos professores nas deliberações do dia-a-dia.

Percebi, também, que os profissionais de educação deveriam agir quase como robôs, juntamente com as crianças, que tinham um tempo super regrado e explorados apenas para o desenvolvimento cognitivo e apresentação de bons resultados. Dessa forma, ficou perceptível o clima de desvalorização do docente em diversos aspectos que provocam um desprestígio social, visto que eram percebidos como proletários e trabalhadores braçais, tendo o aspecto intelectual

do seu trabalho anulado e um ambiente de extrema competitividade entre os que trabalham no mesmo local e a vontade de mostrar mais resultados que outras instituições de ensino.

Assim, despertei o desejo por mostrar de que forma a desigualdade e diferenças extremas e dificuldades entre as duas realidades, na escola pública e na escola privada, afetam a saúde mental e emocional do professor, que continuam, mesmo com o estresse perceptível e desencantamento com a profissão, realizando a prática docente em situações tão adversas.

Desse modo, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar fatores que influenciam na saúde emocional dos professores. Como consequência, desdobram-se os objetivos específicos em: (a) analisar o contexto econômico neoliberal em que a educação formal ocorre, percebendo as influências de seus aspectos na educação; (b) descrever os fatores que influenciam na saúde emocional e na prática docente; (c) apontar, a partir da pesquisa realizada, em que situação emocional e dificuldades externas os docentes desenvolvem a sua prática. Para isso, contei com o apoio de alguns estudiosos que já desenvolveram estudos e análises acerca do tema, dentre eles trago Codo (1999), que faz considerações de extrema importância e assertividade tratando-se do tema de Síndrome de Burnout e docência. Além disso, alicercei as reflexões em artigos acadêmicos e livros de estudiosos da área, como Duarte (2011); Frigotto (2010); Saviani (2005); Santos e Andrioli (2005); Libâneo (2004), Codo (1999), que trazem reflexões acerca da educação, trabalho e capitalismo.

Dessa forma, este trabalho foi concebido em quatro momentos. No primeiro, foi descrito a metodologia da pesquisa, para descrever a estratégia de investigação, o universo da pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e a forma que foram tratadas tais informações. No segundo momento, com delimitação teórico conceitual, foram abordados brevemente acerca dos fundamentos e origem do neoliberalismo, para então, aprofundar o estudo e discussão sobre o sistema econômico atual e suas implicações na educação e ambiente escolar.

Em um terceiro momento, iniciou-se de fato o estudo a partir dos dados obtidos na pesquisa com os professores. Assim, foram expostas algumas

informações que descrevem o perfil docente participante da pesquisa, afim de preparar o leitor para o estudo do próximo tópico, que trata sobre o adoecimento docente e a condição de trabalho na escola. Com apoio teórico e trechos de falas dos professores, esta parte do trabalho irá problematizar as principais reclamações e dificuldades que os docentes encontram no seu fazer pedagógico. Ao final do trabalho, a Síndrome de Burnout será explicada com mais profundidade, para então, revelar os dados obtidos a partir da Escala de Maslach, aplicada na pesquisa, que revelará, em percentual, o alto índice de docentes que sofrem com sintomas e traços de exaustão laboral.

Espera-se que, com esta pesquisa, fiquem evidenciadas as principais dificuldades e dilemas dos professores de uma escola da Rede Pública de ensino no município de Fortaleza, pois é de meu interesse e desejo que a esta pesquisa dê, também, espaço e voz para os profissionais da educação, além de trazer um maior entendimento repleto de clareza e assertividade acerca do emocional dos professores, contribuindo para uma discussão rica e atual acerca da problemática.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização deste trabalho, estive presente, durante todo o seu desenvolvimento, a pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada. Percebo esta forma de estudo fundamental, pois me forneceu subsídios para a escrita e permitiu-me ampliar e atualizar meus conhecimentos acerca do que tem sido estudado através de materiais impressos e digitais.

Sobre a sua importância, LAKATOS e MARCONI (2003, p. 183) relata sobre a relevância da pesquisa bibliográfica ao dizer que esta técnica: “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”

Dessa forma, tive como fonte, não apenas, os livros de autores já renomados, como, também, artigos científicos e dissertações ligadas ao histórico do neoliberalismo e saúde mental do professor. Para isso, utilizei o site

repositório Scientific Electronic Library Online (SciELO) como principal fonte de busca e descoberta para tais materiais.

A pesquisa bibliográfica, também, possibilitou um diálogo com outros estudiosos da área, permitindo que eu conhecesse diferentes pontos de vistas e pensamentos sobre o mesmo assunto, enquanto somava à minha própria concepção e escrita do que estava sendo estudado, baseado nas minhas leituras e análises. Lakatos e Marconi (2003, p.183) afirmam que a pesquisa bibliográfica não é apenas uma repetição, mas o estudo de um mesmo assunto sob uma nova ótica e novas conclusões.

A partir dos estudos bibliográficos, pude desenvolver um fichamento das principais referências encontradas, levantando informações relevantes e que me deram ideias e grandes contribuições na escrita. Sobre esta técnica de estudo, diz-se que: “leva o indivíduo a pôr ordem no seu material. Possibilita ainda uma seleção constante da documentação e de seu ordenamento.” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.48)

O presente estudo possui um caráter exploratório, com o propósito de intensificar a familiaridade com o problema e construir novas hipóteses. Para Lakatos e Marconi (2003, p.188), este tipo de pesquisa pode empregar o método qualitativo e quantitativo para a análise dos dados, além de possuir uma série de instrumentos de pesquisa, oferecendo mais caminhos para as investigações.

Dessa forma, em consonância com os objetivos a serem alcançados, e se tratando de um trabalho da área de humanas, que tem como ponto de partida a análise de discursos e experiências de vida na área da docência, a presente pesquisa utiliza o método de natureza qualitativa e quantitativa para a análise dos dados.

De acordo com DIEB (2010, p.16), tratando-se do método qualitativo: “[...] a pesquisa ganha uma configuração interpretativista e o pesquisador passa a priorizar, desta maneira, o ponto de vista dos atores sociais como o seu principal objeto de estudo.” Ou seja, a principal preocupação não será do tratamento estatístico e números apreendidos, mas, sim, da compreensão do que os docentes têm a dizer de acordo com suas vivências e atribuições relacionados ao profissional.

Entretanto, o método quantitativo pode complementar a compreensão da temática, pois nos possibilita quantificar alguns dados e construir modelos para uma melhor percepção das respostas dos participantes da pesquisa. Assim, embora sejam métodos com objetivos diferentes, não podem ser pensados como contraditórios, mas como complementares, DIEB (2010, p.17) até afirma que “[...] é perfeitamente possível aos pesquisadores promover uma combinação entre elas. Em alguns casos, chega a ser até desejável essa combinação [...]”.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário aplicado virtualmente, pois, por conta da pandemia, foi preferível ir em busca dos participantes e aplicar as perguntas à distância. Foi feito um formulário online, onde, através de um link de acesso, os professores convidados pudessem participar e responder perguntas. Na impossibilidade de ir até as escolas, o formulário foi compartilhado por aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*, para outros professores. O número desejado de participantes era de até 15, mas, com êxito, obtive um retorno de 24 formulários devidamente respondidos.

Dessa forma, o questionário foi dividido em três partes onde: na primeira tratou-se da caracterização do sujeito, para traçar o perfil dos professores participantes da pesquisa. Contemplado com perguntas fechadas, houveram questões básicas como idade, tempo de atuação docente, se atua em instituição pública ou privada, formação acadêmica, carga horária semanal de trabalho, se já precisou tirar licença de suas atividades profissionais por problemas de saúde ocupacional, dentre outros.

Na segunda parte do questionário foram abordadas algumas questões sobre saúde mental, docência e suas dificuldades. Os professores puderam selecionar dentre diversas opções aquilo que mais causam incômodo na realização de sua prática docente, podendo, ainda, acrescentar outro ponto caso houvesse a necessidade. É importante frisar que as opções pré-estabelecidas foram escolhidas a partir de referenciais teóricos que já trataram sobre a temática. Os docentes, foram convidados, em perguntas abertas, a escreverem sobre seus sentimentos, percepções e perspectivas do seu futuro no âmbito da educação, com o intuito de reunir alguns desabaços e falas dos professores.

Por fim, foi feita a “Escala de Maslach”, que se trata de um questionário elaborado pela psicóloga social estadunidense Christina Maslach. O instrumento

foi criado no ano de 1986 e é comumente utilizado para investigar casos de síndromes ligadas ao estresse laboral. Esta escala foi traduzida e validada em território nacional (Codo, 1999), além de ter sido adaptada uma nova versão para estudos e pesquisas com professores por Carlotto e Câmara (2004). É importante frisar que o instrumento não leva em consideração elementos antecedentes que o sujeito possa ter vivenciado, como também, não se trata de uma avaliação diagnóstica, pois apenas aponta traços da Síndrome de Burnout em profissionais da educação.

A Escala de Maslach é dividida em três âmbitos: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Em sua forma adaptada, o instrumento é composto por 22 questões objetivas que são divididas e correspondem entre esses três aspectos mencionados. As perguntas são respondidas dentro de uma avaliação de 1 à 5, onde 1=nunca; 2=raramente; 3=ocasionalmente; 4=frequentemente; e 5=sempre. Tais pontuações são atribuídas de acordo com o que os professores participantes da pesquisa avaliam ao nível de sua qualidade de vida no trabalho e seus sentimentos diante da docência.

Para estabelecer o resultado de cada participante, foi necessário somar os scores obtidos. Esses scores foram encontrados através da soma dos valores obtidos a partir das respostas de cada formulário, para que assim, com o resultado, fosse possível comparar com seus significados na tabela da Escala de Maslach, onde:

<b>De 0 a 20 pontos</b>	Nenhum indicio da Síndrome de Burnout.
<b>De 21 a 40 pontos</b>	Possibilidade de desenvolver a Síndrome de Burnout.
<b>De 41 a 60 pontos</b>	Fase inicial da Síndrome de Burnout.
<b>De 61 a 80 pontos</b>	A Síndrome de Burnout começa a se instalar.
<b>De 81 a 100 pontos</b>	Sinal que está em uma fase considerável da Síndrome de Burnout.

Percebe-se, no entanto, que em relação à primeira parte do formulário, foram feitas análises quantitativas com o objetivo de perceber as características dos sujeitos. Esses dados foram computados e transformados em percentual a partir da plataforma utilizada, o *Google Forms*. A partir da segunda parte do formulário, foram aproveitados os dados em percentuais para uma melhor visualização do que foi explicado, embora a análise tenha sido realizada de forma qualitativa, com o intuito de explorar e interpretar os dados com o auxílio de estudos teóricos.

### **3. INTRODUÇÃO AO NEOLIBERALISMO**

Para fins de esclarecimento, é necessário pontuar, primeiramente, que o objetivo deste tópico não é fazer uma imersão profunda acerca da história do neoliberalismo e do neoliberalismo no Brasil, mas fazer destaques pontuais e precisos de alguns acontecimentos importantes que fortaleceram esta ideologia. Assim, salienta-se a importância de abordar tais aspectos neste trabalho.

A reflexão sobre o contexto político, econômico e social que a educação está inserida é totalmente necessária, pois, tratando-se da educação formal, a escola é diretamente influenciada pelos movimentos e transformações que ocorrem nesses âmbitos, ou seja, há uma interligação entre esses campos, que desencadeiam uma série de efeitos sobre a educação e o que a compõe: os docentes, os alunos, a gestão, a família, suas políticas, etc. Ainda sobre a correlação da educação com outras esferas, Costa (2018, p. 282) coloca que:

Há uma relação direta entre a escola contemporânea e os interesses capitalista na formação dos trabalhadores. Entendemos que a escola hoje, como instituição social, tem um papel muito importante na sociedade, na medida em que é um instrumento fundamental para a produção e para a reprodução da força do trabalho e da cultura.

A globalização neoliberal é uma característica marcante do tempo em que vivemos, então, a sua discussão é necessária. A escola, sendo um produto da sociedade, está ligada diretamente aos seus interesses. Atualmente, os interesses que existem em torno da educação são influenciados pela ideologia liberal e capitalista, então, é de se pensar: Como o pensamento neoliberal ganhou força? Como o neoliberalismo chegou no Brasil e como ele é introduzido

na educação? Quais os seus efeitos na prática docente? Essas são algumas questões a serem abordadas o tópico a seguir.

### **3.1 Para início de conversa: Um breve histórico das origens do neoliberalismo**

O neoliberalismo não é algo novo, na realidade é uma ideologia que já existe há muito tempo, mas que há, no Brasil, algumas “ondas neoliberais” que causam algumas mudanças mais visíveis e discussões sobre o tema. Esse pensamento advém, inicialmente, do liberalismo e do pensamento conservador.

O liberalismo clássico perdurou nos séculos XVIII até o fim do século XIX, e tem como suas principais características uma maior industrialização e a promessa de estabelecer uma sociedade pautada na igualdade. O precursor do liberalismo econômico, Adam Smith, atuante na área da filosofia e economia, publicou em 1776 o livro “A riqueza das nações”, uma obra importante onde ele pôde fundamentar teoricamente sobre a economia de mercado. A partir de suas reflexões sobre a mudanças na economia, aumento da produtividade, o papel do Estado foram se estruturando. Sobre Smith, Moraes (2001, p. 5), escreve que:

Smith afirma que o mundo seria melhor — mais justo, racional, eficiente e produtivo — se houvesse a mais livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado ou pelas corporações de ofício. Prega a necessidade de desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos.

Dessa forma, os liberalistas clássicos defendiam o afastamento do Estado sobre as questões econômicas, pois assim o mercado poderia se livrar das amarras tradicionais e das burocracias, regulando-se a si mesmo e crescendo economicamente, o que seria uma saída viável para a sociedade e provocaria um estado de igualdade para todos: os mais ricos e os mais pobres, já que haveria uma expansão industrial, gerando mais empregos e renda. Mas, todas essas mudanças defendidas respondiam aos interesses burgueses e do lucro.

Nessa situação, o Estado ganharia um novo papel e teria a função de garantir “[...] a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de

utilidade pública” (MORAES 2001, p. 5). Por fim, todas as promessas e visões que o liberalismo clássico idealizava ocorrem de formas opostas na realidade, diferente da liberdade econômica e da harmonia social, o que ocorreu foi um maior afastamento e discrepância entre o proletariado e a burguesia, caracterizado por um aumento da pobreza.

No final do século XIX, diante de tantas mazelas sociais, a situação da classe trabalhadora era delicada e manchada das transgressões causadas pelo liberalismo, que se projetavam principalmente nos direitos dos trabalhadores que agora eram escassos. Como resposta, no século XX, surgiram alguns sindicatos que se integram à situação política e econômica. Responsável pela teoria keynesiana, o economista inglês John Keynes sugere uma forma do Estado operar, oposta ao liberalismo.

Uma nova marca se forma nesse contexto. Publicado por John Keynes em 1936, o livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* debatia sobre alguns problemas observados pelo autor nos últimos tempos, e com isso, uma nova proposta. Retomando Moraes (2001, p. 14) o autor coloca que:

Segundo a doutrina keynesiana, o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático. O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais.

Dessa forma, o Estado deveria assumir as responsabilidades econômicas e dá ao povo condições de consumo. Isso seria possível através da retomada de seus direitos trabalhistas: salário condizente com a realidade e necessidades e regulamentação do trabalho. A partir dessa qualidade de vida e benefícios gerados pela intervenção do Estado, seria possível reverter o quadro e proporcionar um equilíbrio econômico. Essa ideia foi bem aceita e funcionou por um tempo, gerando um Estado de bem-estar. Sobre o período keynesiano:

Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc. Em suma, em pouco tempo, o Estado viu-se em condições e na obrigação de controlar o nível da atividade econômica, inclusive o emprego, através de instrumentos como a política monetária a taxa de juros e os gastos públicos. (MORAES, 2001, p.14)

Em 1929 ocorre a quebra da Bolsa de Valores, que interferiu negativamente não só nos Estados Unidos e na Europa, mas que veio assolar e causar instabilidade econômica em todo o mundo. Nesse contexto keynesiano, suas medidas necessitavam de um Estado forte, para manter os serviços básicos e sustentar o bem-estar social, gerando, assim, altos impostos e gastos com os direitos trabalhistas, por parte da burguesia que mantinham as empresas e indústrias.

Esse é o cenário que surge um modelo proveniente do liberalismo. O neoliberalismo, ideologia proposta pelos teóricos Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, que atribui novas características ao movimento. Friedrich publica em 1944 a obra “O caminho para a servidão”, que atacava à intervenção estatal e torna-se um dos principais responsáveis pela difusão dessa linha de pensamento. Para Moraes (2001) o neoliberalismo possui alguns significados, como: um conjunto de valores; difusão organizada e planejada das suas concepções e, por fim, um conjunto de políticas que são pensadas por governos neoliberais e organizações multilaterais.

Outro ponto importante sobre o neoliberalismo é o seu ataque constante aos sindicatos e intromissão da massa na política, pois essa é uma forma que a população tem de interferir nas políticas estabelecidas e no controle da economia. Uma questão bastante discutida no século XX pelos neoliberais era “o direito de voto somente aos proprietários ou detentores de certa margem de renda, por exemplo.” (MORAES, 2004, p.11)

Dessa forma é de se pensar, quem participaria e lutaria pelos direitos e benefícios à classe pobre, ao proletariado, agora que essa parcela da população não teria acesso à política e suas determinações. Ou, se o Estado está sendo retirado das responsabilidades com a educação, havendo a privatização, a quem responderia os interesses educativos? Como a sociedade poderia interferir se agora as políticas educacionais são estruturadas por grupos privados?

Concluindo, o neoliberalismo procura reduzir o papel estatal e aumentar a privatização de órgãos antes encarregados pelo Estado. A partir do seu crescimento, foi ganhando novos adeptos. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram agentes importantes na ampliação do neoliberalismo. O FMI, órgão mantido pela Organização das Nações Unidas

(ONU), é dotado de três funções e responsabilidades, e de acordo com informações retiradas do site da ONU, são elas: monitoramento e aconselhamento acerca do sistema monetário internacional; empréstimos aos países-membros que estejam passando por instabilidades econômicas, e por fim, capacitação e assistência relacionado às habilidades institucionais.

Em 1989 foi elaborado um conjunto de regras baseados na ideologia neoliberal, nomeado de Consenso de Washington. Esse documento foi incorporado nas ações do FMI, ou seja, os países-membros precisavam adotar as medidas e políticas concebidas nessas recomendações para ser beneficiado com o que o FMI tinha a oferecer, dentre eles, os empréstimos financeiros. Foi nesse contexto que o Brasil adotou o Consenso de Washington, ainda se recuperando dos resultados desastrosos da Ditadura Militar. É importante salientar que a grande adesão da teoria neoliberal foi tomada pois:

A globalização neoliberal já foi introduzida na fala cotidiana dos sujeitos e parece predominar a concepção de que ela é algo extremamente poderoso, que obriga os países periféricos a assimilá-la se quiserem alcançar o prometido desenvolvimento socioeconômico que dela advém (DAMIÃO, FÉLIX, 2013, p.6)

Dessa maneira, o Estado brasileiro foi perdendo espaço e os gastos estatais foram sendo reduzidos, à medida que a privatização crescia e empresas estrangeiras adentravam no país. Nesse processo houve uma estabilização da economia, mas a desigualdade social ainda era explícita e grave, ou seja, a decorrência das ações tomadas eram:

Algumas das questões que aparecem em decorrência disso são a exclusão social, o desemprego e o aumento da miséria. Essa forma de globalização significa a predominância da economia de mercado e do livre mercado, uma situação em que o máximo possível é mercantilizado e privatizado, com o agravante do desmonte social. (SANTOS; ANDRIOLLI, 2005, p.3)

Tratando do desmonte social, que engloba, também, a educação pública e com isso toda a comunidade escolar que age e pertence nesse local, é importante salientar que houve consequências na educação, mantida, em parte, pelo Estado, parte por empresas e grupos privados. Esses efeitos serão abordados no próximo subtópico. Para Libâneo e Oliveira (1998), essas são as

causas que a mercantilização da educação convém ser vista na perspectiva econômica no contexto capitalista:

Essa centralidade se dá porque educação e conhecimento passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação/conhecimento e desenvolvimento/desempenho econômico. A educação é, portanto, um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento. (p. 602)

#### **4. A EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

Como podemos analisar, a influência neoliberal tem sido muito forte no âmbito educacional, e conseqüentemente torna-se um instrumento potente e de extrema importância para a disseminação das ideias neoliberais e alienação em massa. Nesse viés, o estado não deve ter participação na economia, e a escola perde seu caráter emancipatório para tornar alunos em consumidores de conteúdo, que por sua vez, devem servir ao interesse do capital.

Mas, antes de iniciar, de fato, o estudo sobre os efeitos do neoliberalismo na educação, vale pensar sobre o trabalho. Consideramos, então, pensar o trabalho na perspectiva marxista. O ser humano tem como princípio básico a socialização. Desde que chegamos ao mundo, encontramos um sistema social criado e mantido por outras gerações, anteriores a nossa. A partir disso, passamos a incorporar saberes, habilidades, ideias e valores, que podem ser modificadas e adequadas ao meio em que vivemos, sendo incorporadas, também, às conclusões que são criadas a partir da experiência de cada um.

Percebe-se, portanto, que o ser humano não nasceu para viver sozinho, mas para estar no coletivo. No grupo social que controla a natureza e desenvolve aparatos para satisfazer as suas necessidades, e o trabalho, torna-se o fator principal para satisfazer a realização do ser humano. Há, nessa explicação, um processo dinâmico e respeitoso entre o sujeito e o meio, através da transformação da natureza. Essas ações conscientes, intencionais e orientadas, são o que chamamos de trabalho.

Entretanto, com as transformações que foram ocorrendo ao longo da história da humanidade, os seres humanos foram deixando de ter o controle e

posse do seu produto final, para participar em pequenas partes dos processos, houve um rompimento na atividade prática e a atividade teórica. (DUARTE, 2011, p. 38)

Essa reorganização do trabalho foi necessária para atender às novas demandas que foram surgindo, como o aumento da produção, e como resultado: trabalhadores submissos ao sistema, colocados em uma posição de objetos e substituíveis e “[...] enquanto ser coisificado, o homem passou a assumir as ideias do capitalista por meio de um processo hegemônico no qual as verdades da classe dominante, dona dos meios de produção, tornaram-se verdades quase inquestionáveis.” (DUARTE, 2011, p.38)

A partir desse novo trabalho, que visa apenas o lucro de uma determinada classe, o foco passou para a produtividade e como efeito, a produção em massa, valorização do tempo e de um super trabalhador, capaz de dominar as máquinas, que por sua vez, veio para fragmentar e padronizar ainda mais o trabalho.

Nesse sentido, de modernização e aumento da eficiência do trabalho, Duarte (2011) traz reflexões sobre o taylorismo, fordismo e toyotismo e suas influências no espaço escolar. Primeiramente, podemos pensar sobre o sistema de gestão de trabalho desenvolvido por Taylor, onde há uma divisão do trabalho de acordo com as habilidades dos trabalhadores, visando sempre a produtividade na fabricação, o que fazia com que cada sujeito se dedicasse à horas de trabalho apenas com um maquinário, e não pertencia mais a ele o seu produto final.

Entretanto, o sistema capitalista entra em contradições econômicas e requer ajustes para a sua continuação e sustento, e é então que o fordismo entra em cena e delineia uma nova conjuntura, em que:

[...] perspectiva de trabalho fordista cujos princípios estavam baseados na produção em massa, identificada pelas esteiras das linhas de montagem; na otimização do tempo de movimentação dos trabalhadores por meio do ajuste ao ritmo da máquina; e na homogeneidade dos produtos para atender ao aumento do consumo” (DUARTE, 2011, p. 41)

Por fim, cita-se o toyotismo, como, mais uma estratégia para a perpetuação dos interesses do capitalismo. De origem japonesa, esse modelo

visa resolver as novas problemáticas que surgiram a partir do taylorismo/fordismo, como a acumulação do capital, e daí novos aspectos foram tomando forma e crescendo popularmente, como a automação, a qualificação dos trabalhadores para o uso das máquinas e a supervalorização do tempo, além disso, outras ideias foram propagadas, “[...] flexibilização, terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, sindicalismo de empresa [...]” (ANTUNES, 2010, p.34), características essas que são bastante presentes na atualidade.

Assim, nasce a imagem do super trabalhador, que atende perfeitamente os interesses do capital e que conseguem desenvolver um trabalho que mantém a proposta organizacional capitalista. Esse novo sujeito, compromete-se com a sua função e dedica quase todo o tempo do seu dia na espera de um salário, mas que, ainda assim, lhe é atribuído algumas habilidades básicas como a flexibilidade, responsabilidade, criatividade e rigurosidade para um processo no qual ele é totalmente substituível e não detém de nenhum produto final. Na deturpação do real significado de trabalho, pensando num viés marxista, espera-se um trabalhador que aceita a sua própria degradação e sua fragmentação como ser humano para atender às demandas do capital.

Todas essas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho causaram impacto direto na educação, pois foram surgindo novas demandas e desafios. Na escrita do livro “*Educação e a crise do capitalismo real*”, Frigotto (2010, p.23) coloca que: “A educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica.” E acrescenta que:

“A educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de “saber social” (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais.” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 41 *apud* FRIGOTTO, 2010, p. 28-29 )

Mas todos esses significados tão puramente humanos, foram reduzidos, pela ideia e valorização do capital, a um mero fator de produção, a um instrumento que serve aos seus próprios interesses. E os efeitos dessa

precarização da educação em prol do economicismo são perceptíveis em diversos aspectos, e não afetam, apenas questões sociais e econômicas, como a desigualdade, mas também os sujeitos que continuam se excluindo e sofrendo em prol da sua sobrevivência de um sistema que agride tanto.

Na perspectiva das classes dominantes, a educação oferecida para os grupos sociais de trabalhadores tem como função a habilitação para o mercado de trabalho e a sustentação do atual modelo econômico, através de uma educação controlada e feita para responder às demandas do capital, formando sujeitos subordinados às explorações do sistema. Afirma-se, portanto, que a educação passa a servir de estratégia de subordinação dos processos educativos ao capital, pois ela sofre mudanças e alterações conforme o contexto em que está inserida e segue os interesses estabelecidos atualmente, seja da perspectiva religiosa ou econômica.

Acerca da escola como lógica do mercado, Frigotto (2010, p. 33), coloca que:

“A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução”

A exemplo disto, podemos lembrar algumas mudanças e reformas que já ocorreram na educação Brasileira, que são consequências da globalização e ideias neoliberais, que visam a “modernização” e “reestruturação” do Estado, com vistas à privatização e desregulação, que em nada acrescentam na vida da classe média/baixa e dos docentes. Um conjunto de exigências para, principalmente, os países da América Latina, foi feito na Conferência Mundial Sobre Educação para Todos, realizada em 1990, na Tailândia, onde o encontro tinha como foco “[...] uma série de recomendações direcionadas às políticas educacionais, dando centralidade ao papel da educação no enfrentamento dos desafios de uma nova ordem econômica mundial” (CARDOZO et al, 2017, p. 6).

No evento foram propostas recomendações e metas sobre a diminuição do analfabetismo. Mas, vale ressaltar que dentre as instituições que fizeram parte da elaboração das metas e diretrizes, estavam a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial (BM).

Instituições essas, que já foram citadas nesta pesquisa anteriormente, onde foram, as mesmas, a participarem da elaboração das recomendações e medidas propostas a países que aceitaram os empréstimos financeiros do Fundo Monetário Internacional (FMI), construído, obviamente, sob a perspectiva do capitalismo e seus interesses.

Vale ressaltar, portanto, que as políticas educacionais brasileiras são resultadas de imposições de instituições internacionais, que colocam suas convicções e prioridades na educação seguindo a sua lógica mercantilista. Por um lado, trazem um discurso de educação para todos e democratização de oportunidades, mas por outro, percebemos a presença da exclusão e desigualdade social. Afirma-se, então, que essas instituições conseguem ser grandes influências na educação não apenas pelo recurso financeiro que oferecem, mas também, pela capacidade de manipular os governos.

Neto e Castro (2005) colocam que essas instituições fazem uma análise econômica para indicar as prioridades educacionais e medidas a serem realizadas, assegurando a ideia de que empresas possam gerenciar a educação, assim, percebe-se claramente que a educação se torna um campo estratégico e um instrumento para as iniciativas privadas.

Para esses autores, os impactos das reformas na educação implantadas por órgãos internacionais nas últimas décadas afetam ao menos três dimensões: política, técnica e financeira. Na primeira dimensão, a política, percebe-se uma maior aproximação entre o setor privado e público, o que vem regulamentando a participação empresarial na educação e possibilitando, não apenas uma maior abertura para novas instituições educacionais privadas, como também, uma redução dos investimentos por parte do Estado, o que significa uma maior deterioração do serviço público.

Os autores comentam ainda, que:

Percebe-se que essa privatização não se realiza prioritariamente pela transferência de serviços públicos educacionais para o setor privado, mas, sim, pela omissão ou saída do Estado de setores educativos que deveriam ser ocupados por ele, deixando espaços que permitem um crescimento das empresas privadas. (NETO; CASTRO, 2005, p. 15)

Na dimensão técnica destaca-se um novo modelo de gestão, com mais autonomia e descentralizada, pois as responsabilidades são transferidas aos

estados, municípios e instituições, tendo em vista a inclusão da comunidade local nas decisões e processos relacionados à administração do espaço escolar.

Sobre a centralização de recursos para unidades escolares, os autores citam alguns programas que ganharam destaque, como o Programa Dinheiro Direto na Escola e Pacto de Minas pela Escola. Mas, apesar de alguns bons resultados, é dito, também, que há “[...] um afastamento do Estado em relação às suas obrigações sociais.” (NETO; CASTRO, 2005, p. 18)

É proposto um novo modelo de gestão que vem para se contrapor com o modelo clássico de princípios e inspirações fordistas, embora ambos perpetuem os interesses do capital. Vale ressaltar que uma das principais características desse modelo, consiste no sistema de premiações para escolas e professores a partir do seu desempenho.

Acerca disso, Duarte (2011) reflete que há embutido neste modelo gestacional um sistema de gerenciamento empresarial que não leva em consideração diversos fatores que podem afetar a realidade, e conseqüentemente, o desempenho dessas instituições, bem como docentes e alunos que a frequentam.

A autora coloca ainda que:

Há de se questionar ainda que tipo de conseqüências terão as políticas públicas de remuneração por desempenho dos professores, tão valorizadas midiaticamente e que responsabilizam o professor, incentivam a competitividade, a classificação e o tecnicismo, tendo em vista que o bônus está diretamente associado ao sucesso nas avaliações de seus alunos, promovidas pelas redes estaduais.” (DUARTE, 2011, p. 69)

A dimensão financeira, por fim, tem relação com a criação de políticas para setores mais vulneráveis e uma distribuição dos fundos e recursos de acordo com o grau de desempenho das instituições, o que serviria de incentivo para os gestores e professores. Além disso, cita-se a ideia de aumentar os investimentos na educação básica e diminuir com a educação superior, fazendo com que os futuros profissionais cubram esses gastos.

Sobre essas “reformas” de recomendação de instituições internacionais, como o Banco Mundial, Neto e Castro (2005, p. 19), comentam que: “Na concepção do Banco Mundial, as tarefas do estado com a educação devem se

limitar a assegurar a educação básica, o resto deixa de ser direito do cidadão e se converte em um serviço.”

Nota-se, portanto, que dita as regras quem tem mais poder econômico e político, e que os interesses são postos de acordo com os países ricos, seguindo projetos que não significam necessariamente uma melhoria e transformação da sociedade, mas sim, mais recursos que sustentem a lógica da reprodução.

Nesse sentido, fala-se de uma modernização da educação, que acompanha o discurso da flexibilização; produtividade; eficiência; do super profissional que é polivalente, ágil e com habilidades múltiplas; do aluno que inovador, tecnológico e atento aos desejos do mercado. Há uma focalização no conhecimento, no processo educativo e na educação.

Essa centralidade se dá porque educação e conhecimento passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação/conhecimento e desenvolvimento/desempenho econômico. A educação é, portanto, um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento. (LIBÂNEO; OLIVEIRA, 1998, p. 602 *apud* SANTOS; ANDRIOLLI, 2005, p. 4).

Indaga-se, então, que espaço sobra para àquela escola que deveria desenvolver a autonomia do aluno, a criatividade e criticidade, bem como o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, que o conduziram para a libertação do sistema e para o desabrochar de suas faculdades espirituais. (SAVIANI, 2005, p.22).

O que se tem visto é uma educação oferecida como uma mercadoria, onde apenas uma pequena parcela da sociedade pode pagar para tê-la em sua mais completa qualidade e diversidade, que atende e busca desenvolver tais sujeitos nas áreas cognitivas, emocionais e sociais. Nessa mercantilização da educação e da vida, os sujeitos passam a viver em volta de uma ordem social que obedece ao fetichismo da mercadoria, tornando a sua capacidade criativa e construção de sujeito social às imposições medidas pelos desejos do mercado.

Os autores Santos e Andrioli (2005) descrevem diversos pontos que demonstram como a educação tornou-se um serviço. As constantes avaliações

e premiações seguindo o desempenho das instituições, a classificação e desclassificação das escolas baseadas em rankings, a valorização de disciplinas das áreas de exatas que atendam as demandas do comércio econômico e tecnológico e desvalorização das áreas sociais, o destaque do ensino à distância como forma inovadora de ensinar e aprender, dentre outros.

Percebe-se, portanto, que se há de um lado o discurso de educação igualitária e para todos, há também grandes custos, que nem todos podem pagar, além de uma dicotomização dessa mesma educação. Como reflexo da influência neoliberal na educação brasileira, a educação tem sido um instrumento de reprodução da ideologia do lucro, e não da construção do sujeito consciente e crítico da sua realidade, enquanto participante do processo de construção social e político.

Reflete-se, então, em que espaço o docente tem feito o seu trabalho? Trabalho este que “[...] transforma o outro através do outro mesmo, sem mediações. O seu produto é o aluno educado, é a mudança social na sua expressão mais imediata” (CODO e GAZZOTTI, 2006, p.45). Aliás, será que esta mudança social tem sido possível? Sem uma possível participação dos processos de reflexão crítica sobre o seu trabalho, será que os professores têm tido uma autonomia para ir em busca da educação do alunado?

A escola, pensando na educação pública, espaço que deveria proporcionar discussões entre a comunidade e o corpo docente, gerando, então, um lugar de falas, novas ideias condizentes com os reais saberes, desejos e necessidades do coletivo tem sido substituída por um estabelecimento de neutralidade face aos ataques que têm sido feitos para as classes que a frequentam, sem tempo para contentamentos e pensamentos.

Ainda existem traços do trabalho taylorista nas escolas, pois há a valorização da disciplina, obediência e produtividade, as mesmas habilidades de submissão à autoridade e estimadas nas empresas. Sobre isso, Duarte (2011, p. 44) analisa que há a formação de homens robôs para o trabalho de mercado, pois os sujeitos são acostumados a

[...] aceitar as determinações ideológicas do local de trabalho [...] é a ideia do tem que fazer isso ou tem que fazer aquilo, no tempo que lhe é dado. Tempo este sempre associado e sem identificação com o homem, com a sua prática. Um conhecimento anistórico que distancia

o conhecimento escolar da realidade histórico-cultural dos alunos, que distancia os sujeitos envolvidos diretamente no processo de aprendizagem (alunos e professores), um conhecimento que não traduz as contradições que o trouxeram até aqui”.

Os professores são cobrados para se comportarem com todos os traços do supertrabalhador do século XXI, com toda a criatividade, habilidade de comunicação e inovação que se deve ter, além de terem que formar seus alunos para a manutenção das contradições do Estado, e, percebe-se, então, uma fragmentação do trabalho docente, que é atrelado justamente a essa eficiência e interesses do capital.

Dentre o estudo sobre a massificação do trabalho docente e o seu adoecimento, é válido fazermos uma reflexão a partir do professor mantido pelo Estado, que exerce uma função de coerção e o professor contratado pelo capitalista, na escola-empresa. Na primeira situação, o professor ainda detém de alguma forma de resistência na coletividade e sindicatos, além de ter um certo poder na produção do seu trabalho, pois, embora precise cumprir um plano, há a possibilidade de criar e definir sequências (CODO e GAZZOTTI, 2006).

Mas a realidade não é a mesma na segunda situação, onde o docente precisa assumir a ideologia da produtividade e da captação de alunos-clientes. É, pois, importante salientar essas diferenças pois percebe-se que há o enfraquecimento da voz docente e da autonomia em ambas situações. É nessa linha de pensamento que Costa (2018) afirma que o produto final do trabalho docente lhe escapou das mãos, pois ele não tem mais o seu controle total, mas que, ainda assim, há um certo grau de autonomia no seu fazer pedagógico. Segundo a autora, a hierarquização dos diretores frente aos professores, a adoção de conteúdos e currículos escolares decididos por terceiros e a adoção de apostilas são o que contribuem para a diminuição da participação do professor no processo e resultado de seu trabalho. E é nessa emergência do capitalismo e suas transformações que acontecem a precarização do trabalho docente.

Antes de irmos para o próximo tópico, onde discutiremos os resultados das pesquisas, focalizo as especificidades do trabalho docente, que podem ajudar a elucidar e responder de que forma esse desmantelo do trabalho, enquanto ontológico, no qual a vontade e consciência conversam entre si nessa

troca com o outro e com o meio, e que para Marx (1996, p.297 *apud* COSTA, 2018, p. 301) “desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” torna-se o trabalho fetichizado e subordinado à mercantilização, repercutindo uma exclusão do sujeito do seu processo e afetando, então, os docentes do setor estatal e público.

O principal trabalho do professor é educar o outro e há nesse ato a construção do outro e de si mesmo, pois enquanto o professor educa, ele também é educado. Existe uma ampliação do olhar para o mundo e do agir sobre ele, é oferecer a possibilidade de ter uma outra visão de si como ser único, para entender os seus desejos e vontades e se perceber como parte de uma coletividade que tem, também, interesses diferentes e conflitantes, mas aprender a respeitar o convívio social.

Nesse sentido, falamos de uma educação crítica e reflexiva, que tem no seu processo o amar e o cuidar, e para Paulo Freire (1997) educar é uma politização, um despertar não apenas das amarras do sistema sobre o indivíduo, mas do desejo pela luta e transformação da realidade. Para o educador, esse processo é sobre “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto” (Freire, 1997, p. 46)

Pensamos, então, em como as exigências do capitalismo contemporâneo perpassam por essas camadas de complexidade do trabalho social. Os processos tornaram-se cada vez mais intensos, descartáveis e instáveis. É a busca por resultados rápidos, na qualificação excessiva e fragmentação do real significado do ser professor e há a "intelectualidade aplicada à produção de valor, que são mecanismos utilizados pelo capital, que se expande estrategicamente na redução do trabalho vivo” (FORATINNI; LUCENA, 2015, p.42). Essa afirmação nos faz entender que a precarização das condições de trabalho dos professores vem da submissão à lógica do capital, com interesses que não são próprios dos docentes, mas dos negócios e da reprodução da ideologia neoliberal e dos princípios da produtividade empresarial na área educacional.

Nessa contradição do trabalho educativo baseado em um viés emancipatório, de leitura do mundo, da criticidade e transformação do meio entre o trabalho de produção de sujeitos repletos de habilidades que atendam a demanda do mercado, encontramos professores que estão em um constante conflito de sentimentos e pensamentos, o que pode acarretar em danos mais sérios. Junto a isto, pensamos na desvalorização do docente; nas salas lotadas; nos excessivos afazeres que são atribuídos aos professores; na cobrança por parte do Estado, das instituições e até mesmo das famílias. Trazemos a contribuição de Codo e Gazotti (2006, p. 58), que escreveu sobre esses conflitos internos que fazem presentes no cotidiano dos educadores:

Muitas vezes a pessoa estabelece metas a serem alcançadas que estão além de suas possibilidades. Esta impossibilidade, entre o desejo de realizar e a impossibilidade (às vezes física, às vezes estrutural) de fazê-lo e se o indivíduo não tem como canalizar esta energia para outros objetivos promove o surgimento dos conflitos internos, que de forma exacerbada conduzem ao sofrimento psíquico.

Nesse sentido, é mais do que necessário pensarmos no contexto que vivenciamos hoje, de uma pandemia que perdura a mais de um ano, ou seja, trazer todas essas reflexões dos efeitos do neoliberalismo na educação aplicadas à realidade que milhares de docentes e alunos tem vividos, onde todas essas cobranças e carga de trabalho foram duplicadas e a desigualdade e acesso à educação foram evidenciadas.

A educação brasileira tem uma história marcada por desigualdades, muitas lutas e conquistas, onde os profissionais passam por situações árduas, mas com o compromisso de contribuir na formação de seres humanos. Para Freire (1980, p.39), a educação precisa “[...] permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.”

Nesse sentido, é nessa relação com o outro, e falamos da figura entre docente e discente, que é preciso ser gente para a construção de novos sujeitos, ou seja, enquanto professores, há a importância de compreender que não há neutralidade no processo educacional, e buscar uma ação pautada na construção de educandos autônomos, críticos e com percepção do meio em que vive. Porém, inserimos a figura do professor em situações desgastantes e que o

abalam como o “ser pessoal”, o “ser educador”, e por consequência, a sua ação no mundo. Pensamos, então, em que realidade está esse fazer pedagógico.

Já estamos discutindo aqui sobre a conjuntura política em que vivemos e seus impactos no bem-estar docente, mas enfatizamos a nossa realidade que se reconfigurou rapidamente por conta da pandemia do Covid-19, e que vem tornando a precarização do trabalho docente ainda mais intensa. Podemos afirmar, que segundo Tardif e Lessard (2014), o trabalho docente é um dos pontos mais importantes para compreendermos as transformações da sociedade, do trabalho e da globalização. Assim, entendemos que a educação nos ajuda a compreender as transformações atuais, à medida que tais modificações interferem também nos setores tecnológico e econômico.

Refletimos, portanto, acerca dos contornos emergências da pandemia do coronavírus, onde foram feitas as adaptações necessárias de forma acelerada, que afetaram diretamente a educação e toda a comunidade escolar, como: gestores, professores, pais e alunos. A pandemia está revelando uma face mais cruel do capitalismo neoliberal, que mostrou um Estado incapaz e despreparado para responder às emergências que emergiram rapidamente.

Percebemos uma crise estrutural do sistema, e nela, a exploração do trabalho nos seus piores níveis, ignorando todas as dificuldades relacionadas a perda de pessoas próximas, problemas psicológicos e outros. Nessa fragilidade do sistema, a saúde foi afetada não apenas pela crise sanitária, mas sobretudo por uma crise criada pelo modelo de acumulação do capital, que vem valorizando a ascensão do conhecimento em novos formatos à condição de mercadoria, colocando em evidência a desigualdade social e de acesso.

Frente às medidas de *lockdown*, confinamento e isolamento social como alternativas coletivas de enfrentamento à doença, foi redesenhada a atuação do profissional da educação. Assim, a pandemia acelerou a utilização de novas tecnologias e da educação a distância, e como preocupação coletiva, o Ministério da Educação indicou na Portaria Nº343: “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2020).

Com a impossibilidade das aulas presenciais, foram consideradas diversas alternativas, e dentre essas, destacamos a Educação a Distância

(EaD), Atividade Escolar Remota e o Ensino Híbrido. Souza (2021) aponta algumas diferenças entre esses três caminhos: A educação a distância envolve toda uma concepção didática e adaptação adequada, com treinamento dos profissionais e um ambiente online bem estruturado. As atividades remotas são tentativas de redução dos dados na aprendizagem, pois transferem emergencialmente o sistema de ensino originalmente presencial para o ambiente digital. O ensino híbrido combina as atividades educacionais presenciais e a distância.

Independente da medida adotada por cada Estado do Brasil, a realidade do ensino remoto trouxe mudanças bruscas na educação. Souza (2021, p. 6) indica alguns pontos positivos da Educação a Distância. Segundo a autora:

“Toda essa mudança, ancorada na sociedade da informação, tem trazido inovações, possibilidades de interatividade, de abrir espaços de autonomia e de autoria de pensamento, de produção e de partilha de conhecimento. Aliado a isso, a possibilidade de aproximar os sujeitos mesmo em meio à distância, viabiliza o acesso à educação em locais de difícil alcance.”

No entanto, pensa-se nesses benefícios em uma realidade onde os profissionais receberam a capacitação necessária para desenvolver atividades remotas, e que os alunos e professores possuem a infraestrutura física e materiais de trabalho/estudo. Entretanto, a situação atual é bem diferente disto. A aula remota é um terreno desconhecido ou pouco explorado por muitos professores, que viram-se obrigados a repensar seus processos educativos em tão pouco tempo.

Considera-se, portanto, que essa reestruturação do trabalho docente, em circunstâncias de pandemia, aprofundou a precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação. Pensando na realidade do professor da escola particular, muitos perderam seus postos de trabalho com demissões, pois foram vistos como dispensáveis, se pensando no distanciamento da turma. Já para aqueles que continuaram empregados, a intensificação do trabalho é uma realidade. São diversos planejamentos para se fazer, videoaulas para gravar, disponibilizá-las nas plataformas digitais, atender alunos por aplicativos de mensagens, atividades remotas a serem produzidas, salas de aula remotas

vazias ou cheia demais e uma grande evasão ou desinteresse dos alunos é a nova realidade dos professores. Para Souza (2021, p.4):

Pode-se afirmar que as modalidades de trabalho remoto de professoras e professores possuem a marca da combinação intensiva e extensiva do tempo de trabalho associado à precarização das condições laborais sob a determinação histórica de novos padrões gerenciais em tempos de excepcionalidade de trabalho.

Dentre todos esses fatores que vem propiciando a precarização docente em tempos de pandemia, contamos, também, com a falta de atualização e requalificação dos docentes. Não basta ter acesso aos sites e aplicativos que o governo, secretarias e instituições educacionais vêm criando. Além de possuir as ferramentas, o educador necessita saber utilizá-la de forma cidadã, ou seja, aprender a se comunicar por meio deles e gerar situações de aprendizagens.

O distanciamento físico com os educandos tem um peso especial no que se refere às dificuldades que a educação remota vem propiciando. Cabe falar que o isolamento social é de extrema importância para a diminuição da disseminação da doença, entretanto, os docentes estão acostumados a se relacionar com seus alunos de forma presencial, no fazer pedagógico que consiste em afeto e olho no olho. Sobre isso, Santos (2021, p. 5) diz que

O lugar que antes era ocupado pela proximidade pedagógica que envolve a relação professor-aluno, da qual a socialização, o corpo, o movimento, o olhar estão presentes e a serviço do processo formativo, cedeu espaço para um encontro virtual, limitado e isolado, com a implantação de aulas remotas, podendo gerar insatisfação, tristeza e ansiedade entre os professores.

Por fim, trazemos a reflexão de Souza (2021), acerca da conciliação do trabalho a distância e questões de gênero. Dentre os imprevistos e surpresas que os trabalhadores tiveram na pandemia, a “transposição” do trabalho que antes era realizado em um espaço diferente do doméstico para dentro de seu lar, é um deles. Estamos falando de uma realidade onde o magistério constitui-se, principalmente, por mulheres (Carvalho, 2018), chegando a representar 80% do corpo docente.

Vivemos em uma realidade em que o patriarcado ainda tem muita força, e que na esfera doméstica, as mulheres ainda são as principais responsáveis por tais atividades. A situação pode ser mais difícil quando se tem filhos ou união estável com outro parceiro nesse cenário. Certamente, o isolamento social

trouxe uma sobrecarga de trabalho doméstico e profissional para essas educadoras, e conseqüentemente, maiores angústias e situações de estresse, e enfatizamos que: “as mulheres são a maioria da população brasileira e compõem a maior parte da força de trabalho em saúde. Logo, elas têm papel fundamental para a superação da pandemia e de suas graves conseqüências sanitárias, econômicas, sociais e de forma específica, na educação da escola básica.” (Souza, 2021, p. 7)

Dentro de todos esses níveis da precarização docente, a terceirização de professores por meio da “uberização docente” (SANTOS, 2021) é uma iniciativa que, também, vem afetando os professores. Se antes, a terceirização era limitada a algumas profissões, os últimos governos do Brasil — marcados cada vez mais por interesses neoliberais, privatização e de retiradas dos direitos trabalhistas — vem incentivando e ampliando a possibilidade de permitir uma contratação rápida por parte de uma empresa. Essa situação precária de contratação de professores não oferece vínculos e nem direitos trabalhistas.

O trabalho docente se caracteriza por uma forte fragmentação, pois ele não terá a oportunidade de criar laços com a turma ou mesmo planejar uma aula de acordo com as necessidades e interesses dos educandos. A degradação é ainda maior, pois, essa possibilidade de contratação faz uma disparidade salarial entre professores e outros profissionais do mesmo nível de formação, salientando uma luta que sempre fez parte da vida dos professores, que é a luta por um salário mais justo. Por fim, refletimos em que situação fica a contratação por concurso público, caso as escolas públicas queiram acatar essa terceirização; se haveria ainda, contratação digna para os professores temporários; e, por fim, qual o plano de carreira para esses profissionais até a aposentadoria.

Por fim, pensamos na produtividade que vem sendo cobrada por parte das gestões das instituições de educação, principalmente da esfera particular. A educação tem sido um espaço crucial para a difusão do ideário neoliberal, sob a égide de um discurso de educação para todos, mas com um fundo de interesse econômico e pressuposto neoprodutivista (Saviani, 2005). As cobranças por pontualidade, aulas gravadas, atendimento aos alunos, reuniões online, planejamento de aulas e administração das plataformas de ensino à distâncias

e atividades remotas vem se tornando intensa durante o isolamento social. Há um interesse pelo produtivismo que segue apenas a lógica do mercado, ignorando o docente como um ser humano e todas as suas complexidades e aspectos que vêm sendo afetados pela situação delicada em que vivemos. Santos (2021, p. 5), falando sobre o novo fluxo de produtividade, observa que:

[...] o controle sobre o trabalho que, no contexto da pandemia, ficou ainda mais evidente. A produção do trabalho docente em escolas particulares passou a ser medida pelo número de atividades pedagógicas realizadas pelos alunos no interior das plataformas e pela quantidade de avaliações da aprendizagem aplicada.

Dessa forma, são feitas novas exigências e foram criadas novas modalidades de controle do trabalho docente, com metas a serem alcançadas de acordo com parâmetros que atendam e satisfaçam os grandes donos das escolas privadas e até mesmo certas famílias, que vem cobrando incessantemente a volta às aulas e eficiência do ensino à distância, muitas vezes, ao custo da pressão psicológica dos profissionais da educação. (Santos, 2021).

Concluimos, portanto, que há algumas características que permeiam a profissão docente: a sobrecarga de trabalho; falta de valorização (econômica e social), falta de apoio da gestão e um amplo processo de precarização. Ressalta-se que o trabalho remoto intensifica e agrava muitas dessas características, que influenciam diretamente a saúde mental dos professores. Para Araújo (2009), pesquisas mostram que há um adoecimento psíquico de significativa relevância entre os docentes, que geram sintomas de cansaço mental e problemas psicológicos laborais. Segundo a investigação, a autora apontou que:

A elevada prevalência dos problemas de saúde identificados associou-se à elevada demanda psicológica envolvida na execução das atividades, baixo controle sobre o próprio trabalho, maior tempo de trabalho como professor, elevada carga horária semanal, múltiplos empregos e uma série de características relativas ao ambiente e organização do trabalho docente, tais como ritmo de trabalho, ambiente em condições inadequadas, relações estressantes entre professor, entre outros aspectos. As mulheres apresentaram maiores prevalências na maioria dos problemas de saúde investigados.

Dessa forma, reforçamos a importância de debate e pesquisas relacionados à precarização do trabalho docente sob a ordem neoliberal e suas influências na saúde docente e desencantamento com a profissão. Adiante, será

apresentado e discutido de forma mais ampla acerca dos resultados da pesquisa de campo já apresentada na metodologia do presente trabalho.

## **5. ADOECIMENTO DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA**

Vimos, até aqui, que o sistema neoliberal vem afetando a educação em diversos âmbitos, e que, conseqüentemente os professores vêm sendo afetados por tamanhos impactos, causando conflitos no exercício da docência. Assim, há uma intensificação do adoecimento e mal-estar dos professores, que se manifestam pela angústia frente ao ambiente competitivo e desigual que as escolas vêm se tornando, além do sentimento de importância e desvalorização do seu trabalho, afetando, então, a identidade profissional e o prazer pelo ofício.

Neste capítulo, foram analisadas as respostas de vinte docentes a partir de um formulário onde buscou-se apreender as principais queixas no exercício da docência e quais suas influências no adoecimento mental dos professores. Nessa perspectiva, foram feitos relatos sobre as perspectivas do futuro na profissão de cada participante, relatos de problemas que influenciam o fazer pedagógico e, por fim, o questionário *Maslach Burnout Inventory – MBI* (1981), um instrumento de pesquisa desenvolvido para avaliar sintomas da Síndrome de Burnout, adaptado para pesquisas com professores segundo Carlotto & Câmara (2004) <sup>1</sup>Assim, foi dado destaque para os relatos de desencantamento, indignações, desabafos, aspirações e expectativas dos professores pesquisados.

### **5.1 Caracterização dos sujeitos**

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário online que foi aplicado virtualmente, devido aos cuidados que ainda existem perante a situação pandêmica. No total, houveram 24 participantes, ultrapassando a expectativa inicial. Todos os formulários foram devidamente preenchidos e alcançaram sujeitos com o perfil desejado para a presente pesquisa.

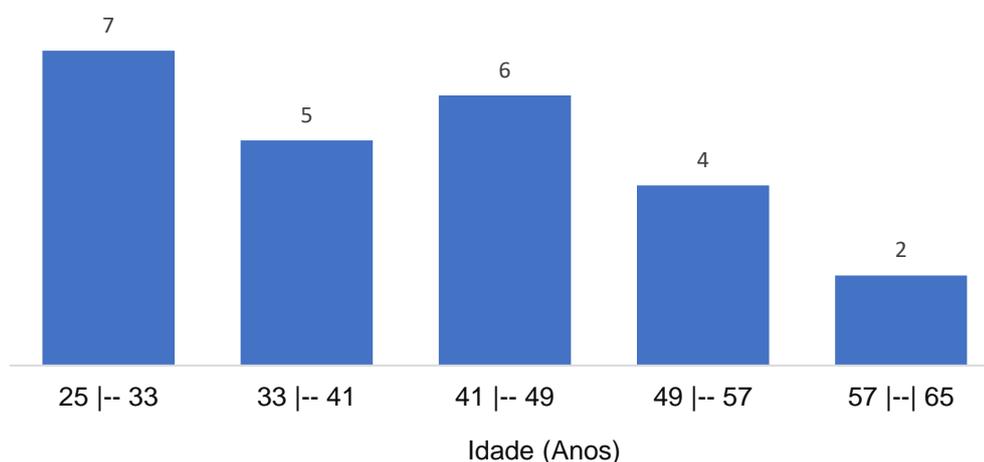
---

<sup>1</sup> Enfatiza-se que o *Maslach Burnout Inventory* apenas aponta sinais de estresse laboral seguindo uma lógica de pontuação. O diagnóstico e tratamento de doenças psicológicas devem ser feitos por profissionais da saúde, especificamente psiquiatras e psicólogos.

Considerando que 100% da amostra correspondem a 24 docentes, observou-se uma predominância de 95,8% de professores que trabalham em escolas públicas, em contrapartida, apenas 4,2% exercem suas funções em uma instituição particular. Sobre o segmento de ensino, a pesquisa mostra que 87,4% trabalha da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental I, enquanto 12,5% estão em outros segmentos.

A faixa etária dos participantes se concentram no grupo entre 25 e 33 anos de idade, com 6 participantes, seguido do grupo 41 a 49 anos de idade, como mostra o gráfico abaixo, (ver Figura 1)

Figura 1: Faixa etária dos participantes da pesquisa



Fontes: Dados da Pesquisa

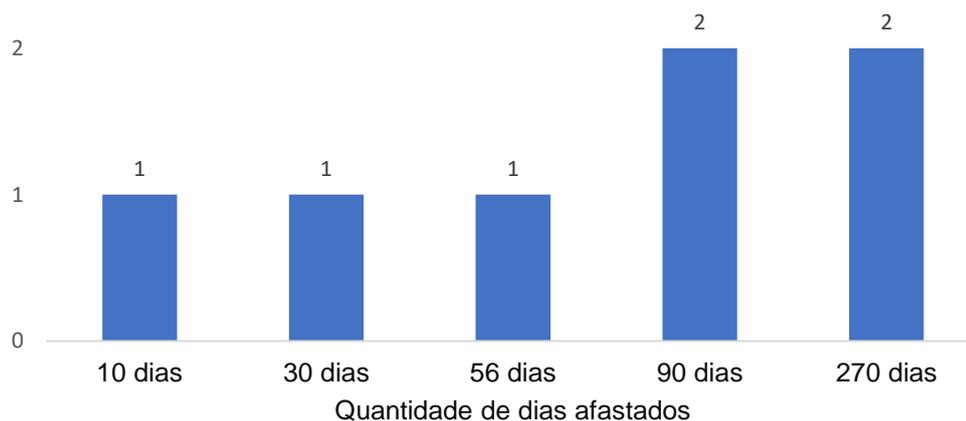
O nível de formação dos professores estava dentro do esperado ao mostrar que mais da metade (66,7%) já possuem especialização, enquanto 20,8% são apenas graduados e há uma pequena parcela de mestres, representando 12,5%, não se observou, no entanto, nenhum doutor em educação.

Em respeito a carga horária, como dentro do previsto, 87,5% trabalham 40 horas semanais; 8,3% 20 horas semanais e 4,2% se dedicam a 46 horas de trabalho, excedendo o limite de 44 horas.

Quando pesquisado sobre licença da atividade profissional devidos problemas relacionados ao trabalho, menos da metade, equivalente a 29,2% marcou que já precisou se afastar. Embora, como será visto mais abaixo, é

perceptível uma grande porcentagem de professores que enfrentam dificuldades laborais, afetando sua saúde mental.

Figura 2: Dias afastados



Fontes: Dados da Pesquisa

## 5.2 Desafios na prática docente

Ao longo do formulário de pesquisa, houve um momento que os participantes puderam marcar, segundo as opções previamente estabelecidas, quais as principais dificuldades e incômodos no fazer pedagógico. Dessa forma, foi possível fazer uma leitura em porcentagem das respostas recebidas e analisar com apoio teórico.

Ao longo do trabalho já foi discutido de diversas formas acerca da desvalorização para com o trabalho docente. A insatisfação com o salário é um traço que permeia a luta dessa classe há muito tempo, visto que sempre houve reivindicações por melhores remunerações e marcou o percentual de 58,3% dos participantes das pesquisas, correspondentes a 14 docentes. Há de se pensar que muitos professores atuam na rede pública de ensino, trabalham com alunos de camadas populares e também pertencem a tais camadas, ou seja, não é uma profissão elitizada e de ambição para a elite. Pertencendo à classe trabalhadora, o salário de muitos professores são até menores do que outros profissionais do mesmo nível de escolarização. (LOURENCETTI, 2014, p. 14)

Esse tipo de desvalorização repercute diretamente na ascensão social da classe dos professores, pois apenas permite uma perpetuação da baixa remuneração e acesso aos bens culturais e educacionais, tão importantes para o fazer pedagógico e trabalho desenvolvido na sala de aula. Nesse sentido, alguns autores refletem acerca da proletarização do trabalho dos professores. O trabalho docente deve ser percebido como uma atividade não-manual, e pela sua essência, intelectual. No entanto, mesmo com essa classe estando no rol de atividades intelectuais, “os professores, especialmente os do primário e secundário, são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais” (MILLS, 1979, p. 147 *apud* FERREIRA; BITTAR, 2010, p. 2). Assim, a condição de vida e de posses materiais decorrente da profissão, colocam esses professores como proletários. Essa abordagem encontra repercussão nos docentes brasileiros, em que a proletarização decorreu do empobrecimento econômico dessa categoria.

Enguita (1991 *apud* BITTAR; JUNIOR, 2010) reflete que a classe dos professores se assemelha com outras classes operárias seguindo alguns traços. Para atender a alta demanda, resultado de um crescimento quantitativo das escolas e atendimento de necessidades mínimas de aprendizagem, há um aligeiramento na formação de novos professores e os cursos de licenciaturas passam a ser mais presentes em pequenas faculdades particulares. Há outro elemento bastante comum com outras classes operárias, que é a luta constante pela conquista e permanência dos direitos trabalhistas, que para outras categorias, são consideradas como conquistas já adquiridas e consolidadas. Nesse sentido, percebemos, na pesquisa, um discurso de luta pelos direitos, onde a participante, identificada como “P. C” diz que:

Na Prefeitura de Fortaleza, estamos vivendo um momento instável e de lutas para não perdermos direitos. É complicado imaginar um futuro devido às instabilidades do momento. Mas se continuarmos como estamos ou mais direitos forem retirados, me imagino desgastada com a profissão. (P.C)

Ainda sobre a proletarização e desvalorização da profissão, Enguita (1991, p. 49 *apud* BITTAR; JUNIOR, 2010) traz que:

A categoria dos docentes (...) compartilha traços próprios dos grupos profissionais com outras características da classe operária. Para sua proletarização contribuem seu crescimento numérico, a expansão e

concentração das empresas privadas do setor, a tendência ao corte dos gastos sociais, a lógica controladora da Administração pública e a repercussão de seus salários sobre os custos da força de trabalho adulta” (ENQUITA, 1991, p. 49 *apud* BITTAR; JUNIOR, 2010)

Outros estudos que problematizam a saúde mental do professor já abordam e discutem sobre a carga horária de trabalho extensiva que esses profissionais têm vivido, e essa questão representa 54,2% das respostas de insatisfação docente. Pensa-se, que, entre os elementos principais que “justificam” esse excesso de horas trabalhadas: a) os trabalhos escolares semanais realizados em domicílio pelos professores devido ao excesso de alunos e afazeres que são colocados para cada docente, além da insuficiência da carga horária contratada e b) a necessidade que muitos professores encontram de buscar uma segunda fonte de renda, pois o salário recebido pelas instituições educacionais não se mostram suficientes para o seu sustento de vida.

Sobre isso, vale ressaltar que esse prolongamento da jornada de trabalho gera efeitos graves na saúde mental dos professores e no resultado do trabalho esperado, visto que uma sobrecarga de trabalho gera impactos direto na qualidade de vida e proficiência de suas atividades profissionais, afetando, também, a aprendizagem dos alunos. Sobre o processo de adoecimento dos professores e intensificação do trabalho, Gouvêa (2016, p. 209), traz que:

Um deles é a diminuição ou a falta de tempo livre fora do trabalho para outras atividades da vida e para o lazer. O outro é a realização do trabalho em condições de estresse, que pode levar a implicações previsíveis para a saúde, porquanto expõe os trabalhadores a situações extremas.

Trazendo o desabafo de um docente participante da pesquisa, quando perguntado sobre as suas perspectivas para o futuro na profissão, foi dito o quão cansativo e penoso tem sido a junção de uma carga horária extensiva de trabalho e a falta de compromisso político para com os profissionais da educação:

Gostaria de futuramente diminuir a carga horária, se para mim for economicamente possível, pois a jornada de trabalho aliada a falta de compromisso político com a educação torna mais penoso lidar com o passar dos anos. (P. I)

A falta de apoio para qualificação profissional foi outro aspecto que marcou o discurso dos professores, onde 33,3% disseram sentir tal necessidade.

Pode-se perceber que três elementos podem estar causando essa dificuldade de qualificação e formação continuada: a) um ponto já debatido anteriormente, que é a falta de tempo devido à alta demanda de trabalho; b) a dificuldade de acesso à cursos pagos, pois o salário, muitas vezes, é incompatível com gastos para educação; e c) a falta de apoio dos governantes em promover cursos com uma boa estrutura e planejamento para a classe. Uma determinada participante da pesquisa colocou que:

Gostaria de ter apoio do gestor municipal para que pudesse cursar um mestrado, afastada das minhas funções sem perder meus proventos. (P.P)

Ainda sobre os incômodos que os professores vivenciam, 37,5% afirmam que a falta de respeito e desvalorização por parte dos alunos e familiares é uma realidade dolorosa na profissão. Enquanto 79,2% dos participantes dizem perceber uma desvalorização social e 12,5% sentem que há uma desconsideração do seu trabalho, ou seja, não apenas por parte dos alunos e familiares, mas de toda a comunidade escolar e governantes. Extraímos da pesquisa um relato que fala dos desafios e frustrações em relação a valorização e sentimento de irrelevância:

Posso, com 26 anos de profissão, dizer que a caminhada até aqui tem sido uma grata missão apesar dos percalços do cotidiano, a desvalorização por meio das Instituições governamentais e uma parte da sociedade em nosso País e com isso, imaginar que o meu futuro como professora, resulte em missão cumprida. Os desafios são muitos e continuarão, pois, tem sido através de muitos esforços e luta que conquistamos uma educação de melhor qualidade para os docentes e discentes e ainda temos muitos motivos para continuar a batalha. Pelo exposto, acredito e avalio que o meu futuro seja repleto de conquistas e lamentavelmente frustrações. [...]

Dessa forma, a autoestima e identidade dos docentes vem sendo constantemente afetada e prejudicada, uma vez que há um grande esforço e desgaste emocional para prosseguir com o trabalho e em troca não receber o reconhecimento merecido. Para Libâneo (2004), algumas condições de trabalho, juntamente com a falta de prestígio social que a profissão vem enfrentando, traz prejuízos na formação da identidade:

[...] se o professor perde o significado do trabalho tanto para si próprio como para a sociedade, ele perde a identidade com a sua profissão. O mal-estar, a frustração, a baixa autoestima são algumas

consequências que podem resultar dessa perda de identidade profissional (LIBÂNEO, 2004, p.77).

Esses próximos pontos destacados, cumprem as ordens e efeitos da ordem econômica que vivemos e que já foi tratada no presente trabalho. A falta de autonomia, tema já discutido, tem um espaço de 20,8% no percentual da pesquisa. O planejamento integral da educação, com o intuito da democratização da aprendizagem e na efetivação dos projetos educacionais, fica comprometido com decisões e interesses sociais e políticos, que buscam o controle e regulação. Deveríamos ter políticas educacionais para a cidadania, participação política e desenvolvimento social dos educandos. Mas a educação vem tornando-se cada vez mais um produto a ser vendido, onde a prioridade passa a ser a competitividade, os desejos do comércio.

A autonomia democrática deveria ser primordial na escola, a transformando em um lugar de fala, aceitação, cooperação e escuta das reais necessidades, interesses e dificuldades dos docentes e da comunidade. Daí a importância de incluir os professores em ações decisórias e construções de políticas públicas educativas e pedagógicas, ao invés de o excluir do processo e usá-los apenas para a implementação.

A cobrança rígida é outra questão presente no discurso dos professores, representando o percentual de 25% na pesquisa. Há exigências por parte dos gestores, dos pais e até dos alunos, mas não há o apoio e condições mínimas necessárias para que o professor possa realizar o seu trabalho de maneira plena e segura. Para Forattini e Lucena (2015, p. 16) existem algumas razões para que tais cobranças sejam motivo de frustração e sofrimento para os docentes. São solicitadas diversas atividades dos docentes, que envolvem: especialização e formação; resoluções de tarefas administrativas e pedagógicas, e, em troca, não recebem o retorno e reconhecimento correspondente.

As pesquisas não são incentivadas. Livros, condições estruturais, financiamentos exíguos para pesquisas e ensino, como também muita burocracia, excesso de reuniões, atividades administrativas envolvendo as tarefas universitárias, o que é entendido como desperdício de tempo.

Por fim, a alta demanda de alunos por turma e a falta de recursos e espaço apropriado para a realização das atividades são outros aspectos que afetam os

professores diretamente. Em percentual, a pesquisa evidenciou que 45,8% dos participantes reclamam do número excessivo de alunos e que 83,3% sentem a necessidade de local e meios adequados para trabalhar. Como foi dito por um participante da pesquisa a partir do que pode causar impacto direto no seu trabalho:

Sim. Alguns de forma direta como, por exemplo, sobrecarga de trabalho, falta de material e número excessivo de alunos. (P. C)

O comprometimento e satisfação com o trabalho é o que faz com que o trabalhador se empenhe nas tarefas que lhe são atribuídas. Assim, se o professor se depara com tantas dificuldades e necessidades no seu cotidiano escolar, é o seu compromisso com a educação o fará realizar as atividades pedagógicas, apesar das adversidades.

Percebe-se, então, um quadro comum no ensino brasileiro, onde os professores vivenciam diariamente a falta de recursos e espaço adequado, mas continuam se adaptando e renovando a partir das dificuldades. Os autores ainda dizem que há uma contradição nisso, pois, uma organização ruim de trabalho gera profissionais desmotivados.

Esse comprometimento e convicção pela docência, embora as adversidades enfrentadas, ficou marcado nas falas de alguns participantes, ao comentarem que

Continuarei dando o meu melhor, com amor, o que ensina o que sabe, estando sempre aberto para o novo. Mantendo uma postura positiva a favor das diferenças, sejam elas quais forem. (P. J)

Quero crescer na minha profissão, trabalhando bem e me tornando um profissional melhor. (P. V)

Destaca-se, portanto, que todo o engajamento que os docentes apresentam em relação à educação e à sua crença de mudança social, não o livra de sentimentos de angústia e sofrimento causados por inúmeros desafios, pois, ao lado disso, soma-se a exigência de qualidade em um ensino que atende um sistema de massa, com competitividade e recursos precários.

Percebe-se, portanto, que existem diversos motivos que podem desencadear o estresse, a ansiedade, a exaustão emocional e o esgotamento. O excesso de funções, o salário desmotivador, o local de trabalho e a

desvalorização social e profissional causam desamparo e o desencanto com a docência. Essas situações não advêm apenas de traumas pessoais e frustrações, mas são resultados da insegurança e efeitos causados pelo sistema social e econômico em que vivemos (SILVA, 2018).

Assim, o sentimento de esperança e insegurança dividem espaço nos docentes. Ao perguntarmos acerca de suas perspectivas no futuro como professores, as respostas revelam sentimentos infelizes e preocupantes:

Não pretendo dar continuidade (P. E)

Cansativo (P. F)

Incerto (P. G)

Incerto, porém sei que será árduo (P. H)

Sem motivação. (P. M)

O prognóstico é de estar cheio de doenças, sobretudo mentais, tendo que lutar por melhores condições laborais. (P. Q)

Avalio que passaremos por períodos difíceis, relacionados à profissão de professor. (P. R)

Nesse sentido, faz-se importante a colocação da Síndrome de Burnout, que se caracteriza como um distúrbio emocional com sintomas de exaustão e estresse associado ao trabalho. Foram percebidos na pesquisa alguns desabafos que possuem um teor de preocupação com o aspecto emocional e desincentivo ocupacional:

Com certeza afetam mais a questão emocional, pois é bastante desgastante e revoltante ver os problemas sociais que cercam os nossos alunos e a comunidade no qual a escola atende. (P. O)

Sim, pois causa desestímulo e o ambiente de trabalho vai ficando desgastante. (P. V)

Com o intuito de estudar o tema mais a fundo, no próximo tópico, será visto a partir de estudos teóricos e da pesquisa propiciada pelo atual trabalho como a Síndrome de Burnout vem afetando os docentes que atuam no ensino básico.

### 5.3 Síndrome de Burnout

A Síndrome de Burnout começou a ser estudada na década de 70, nos Estados Unidos, e difundiu-se mundialmente nos anos posteriores. Freudenberger foi o psicanalista que citou esse termo pela primeira em alguns artigos de estudo a respeito do tema e a partir disso outros estudiosos buscaram conhecer mais suas causas, sintomas e consequências.

Na sua tradução, o termo *burnout* deriva do verbo inglês “*to burn out*”, que significa “queimar por completo” ou “consumir-se”. Essa expressão é utilizada para descrever uma síndrome que gera sentimento de exaustão emocional e fracasso a partir dos desgastes da vida profissional. Para Gil Montes (2005) a Síndrome de Burnout é uma resposta ao estresse no ambiente de trabalho, que se apresenta na perda de motivação, baixo desejo de trabalhar, esgotamento físico e emocional e atitudes negativas em relação às pessoas com quem convive nesse ambiente, além da frieza e indiferença.

Há, portanto, a necessidade de enfatizar que o conceito de estresse vem sendo popularmente utilizado para descrever situações que geram desgastes psicológicos. Entretanto, quando se fala da Síndrome de Burnout, é em referência ao estresse laboral, ou seja, que tem por obrigação ter relação com desgastes atípicos do sujeito no ambiente de trabalho.

Maslach & Leiter (1999) conceituam a doença como: “(...) uma síndrome de exaustão emocional, despersonalização e reduzido envolvimento pessoal que pode ocorrer entre indivíduos que por profissão se ocupam de pessoas” (MASLACH & LEITTER, 1999, *apud* SANTOS *et al*, 2017). Dessa forma, o esgotamento emocional é uma experiência individual que é desencadeada por estresses localizados no ambiente de trabalho, como tensões e frustrações.

Muitas categorias profissionais podem ser acometidas pela Síndrome de Burnout, dentre elas estão os docentes. As atividades dos professores requerem um alto nível de entrega para atender todas as obrigações que lhe são atribuídas, gerando uma sobrecarga mental e emocional na prática docente. Como já foram abordados, os professores precisam lidar e atender uma extensa comunidade escolar, e com todas as situações de conflitos e desgastes que possam surgir.

Maslach & Jackson (1981) definem que a Síndrome de Burnout é constituída por três dimensões, sendo estas: a exaustão emocional; a despersonalização e a baixa realização pessoal no trabalho.

A exaustão emocional refere-se a falta de energia e motivação para as realizações relacionadas ao trabalho. O trabalhador percebe uma demasiada exaustão e gasto de energias e entusiasmo até mesmo pequenas tarefas que já fazem parte do seu cotidiano profissional.

A despersonalização se caracteriza pela coisificação de outros colegas de trabalho e alunos. As atitudes do profissional com traços da Síndrome de Burnout são de ações automáticas e tratamento de pessoas como objetos, o que significa uma maior rigidez nas relações e para com o sentimento alheio, como uma forma de barrar a influência dos problemas dos outros para a sua vida.

Por fim, a baixa realização pessoal no trabalho é uma tendência do trabalhador se autoavaliar de uma forma negativa, como se suas ações nunca fossem os suficientes ou necessárias. Há uma baixa satisfação com o seu trabalho, demarcando, então, sentimento de incompetência, infelicidade consigo mesmo e baixa autoestima.

Segundo França *et al* (2014), os sintomas advindos da Síndrome de Burnout não acomete apenas na vida profissional, pois há impactos diretos na realização da vida pessoal, social e organizacional. Além disso, a pouca eficiência e alta irritabilidade geram desconforto para os próximos.

Os indivíduos que desenvolvem a Síndrome de Burnout estão sujeitos a abandonar o emprego, devido a uma diminuição na qualidade de serviço oferecida, pois esses indivíduos investem menos tempo e energia no trabalho, fazendo somente o que é absolutamente necessário, além de faltarem com mais frequência. Nesse sentido, o indivíduo sente-se desmotivado havendo uma predisposição a acidentes pela falta de atenção. Do ponto de vista organizacional, a Síndrome de Burnout está altamente correlacionada com a baixa satisfação pessoal no trabalho, baixa produtividade, diminuição na qualidade do trabalho, absenteísmo e rotatividade (FRANÇA *et. al.* 2014, p. 3543).

Nesse sentido, cabe indagar de que forma a referida doença afeta e fragiliza a saúde mental do docente, visto que professores sem uma boa qualidade de vida em suas determinadas funções não possuem as condições necessárias para executar com maestria sua profissão.

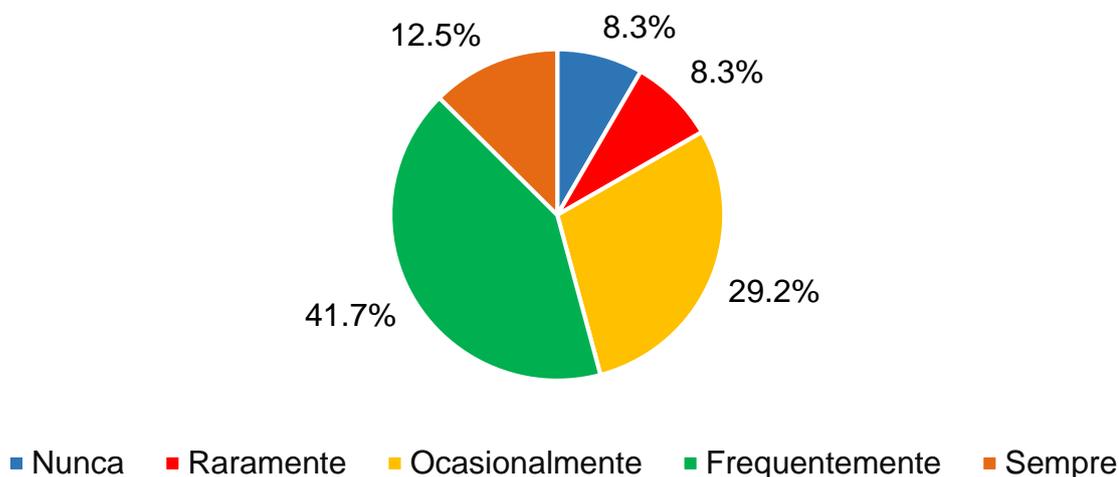
### 5.3.1 A saúde emocional do professor a partir da Síndrome de Burnout

Por meio da aplicação da Escala de Maslach, buscou-se observar se os professores participantes da pesquisa apresentam traços da Síndrome de Burnout, indicados através de suas três dimensões: a exaustão emocional, despersonalização e a baixa realização pessoal no trabalho. Assim, o resultado de cada dimensão foi analisado, e ao final foram confrontados.

O primeiro aspecto pesquisado foi a Exaustão Emocional, que diz respeito a falta de energia ou vontade e grande esforço até mesmo para pequenas atividades ligadas ao trabalho. A pesquisa aponta que todos os sujeitos participantes demonstram algum grau de exaustão emocional por conta do trabalho, pois 41,7% dizem sentir-se dessa forma frequentemente e 12,5% dizem sentir-se sempre esgotados emocionalmente (ver

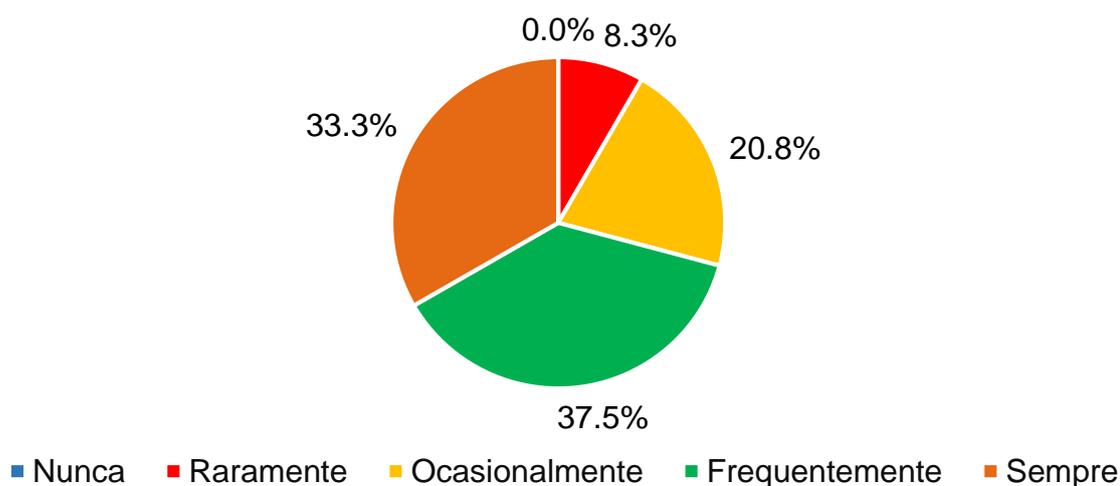
Figura 3). Já em relação ao cansaço ao final do dia de trabalho, 33,3% dos professores marcaram a pontuação máxima, indicando que sempre se sentem assim (ver **Error! Reference source not found.**).

Figura 3: Sinto-me esgotado emocionalmente por meu trabalho



Fontes: Dados da Pesquisa

Figura 4: Sinto-me cansado ao final do dia de trabalho



Fontes: Dados da Pesquisa

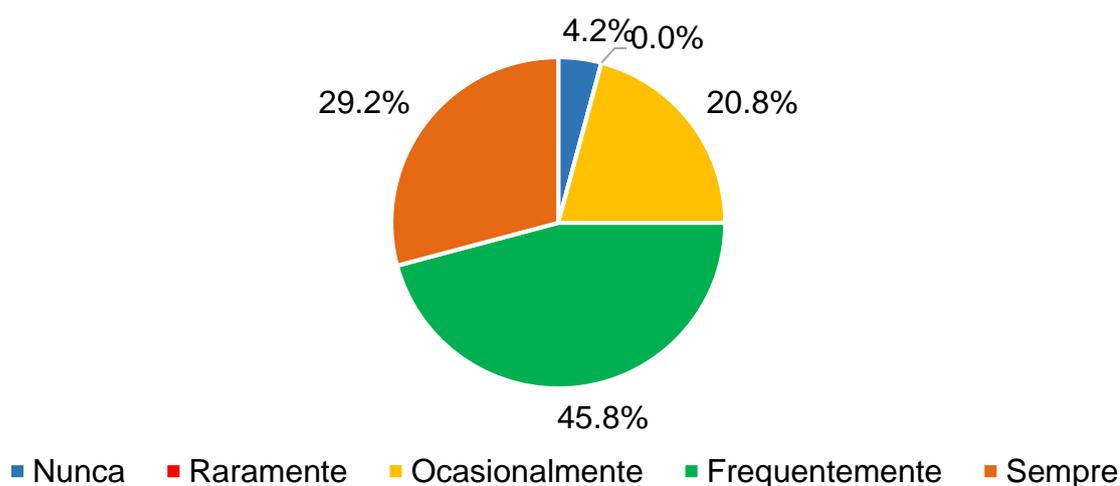
Para compreender esses percentuais, faz-se necessário lembrar que os professores trabalham 40 horas semanais nas escolas, mas que além disso, há muito mais tempo investido no trabalho por conta da sobrecarga de atividades. Seus horários são divididos para regência e planejamento pedagógico, como também para a produção de recursos didáticos, correção de atividades, elaboração de provas e tarefas e outros deveres. Levando tudo isso em consideração, o ambiente de trabalho dos docentes vai além dos muros da escola, chegando em seus lares.

Enfatiza-se, portanto, que a pesquisa foi feita durante a pandemia e que nesse momento o espaço de trabalho e moradia se misturam, tornando-se muito mais fácil a invasão das atividades profissionais para a intimidade e momento de descanso dos professores.

Além disso, há a disponibilização de tempo para cursos extras, pois os docentes estão frequentemente preocupados e necessitando de uma atualização de seus conhecimentos, e por isso investem seu tempo na formação continuada. Esses podem ser o motivo que levaram 29,2% dos participantes a

marcarem que sempre percebem que estão trabalhando em excesso (ver Figura 5).

Figura 5: Sinto que estou trabalhando muito

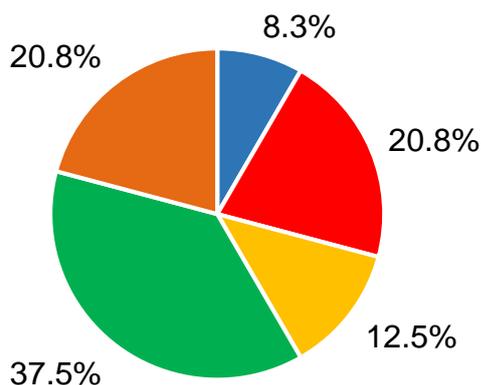


Fontes: Dados da Pesquisa

Essa realidade dos professores, sem tempo de qualidade para descanso, lazer ou para a família, provoca uma série de desconfortos e causa uma sobrecarga, motivo de adoecimento e sofrimento (CODD, 1999). Assim, observou-se que 37,5% dos professores assumem que frequentemente e 20,8% sempre se sentem cansados ao encarar mais um dia de trabalho ao levantar-se pela manhã, ou seja, já há angústia antes mesmo de precisar iniciar seus trabalhos (ver

Figura 6).

Figura 6: Quando levanto-me pela manhã e vou enfrentar outra jornada de trabalho, sinto-me cansado

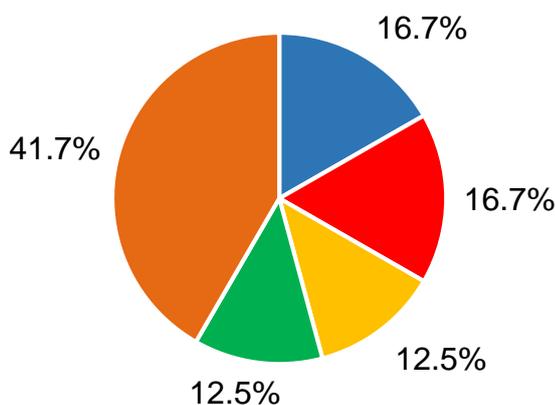


■ Nunca ■ Raramente ■ Ocasionalmente ■ Frequentemente ■ Sempre

Fontes: Dados da Pesquisa

Além disso, um grande número de professores afirma que há, sempre, um grande esforço para trabalhar e manter relações com outras pessoas em seus ambientes de trabalho. Em percentual, o número correspondente a sempre chega a 41,7% (ver Figura 7), enquanto 8,3% afirmam que o estresse é sempre oriundo de suas relações no ambiente de trabalho (ver Figura 8).

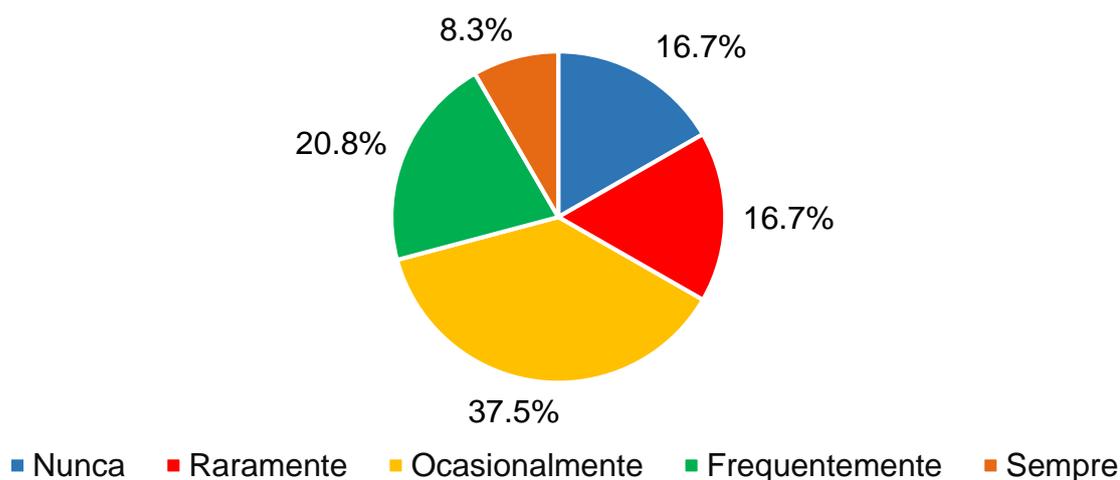
Figura 7: Trabalhar com pessoas o dia todo me exige muito esforço



■ Nunca ■ Raramente ■ Ocasionalmente ■ Frequentemente ■ Sempre

Fontes: Dados da Pesquisa

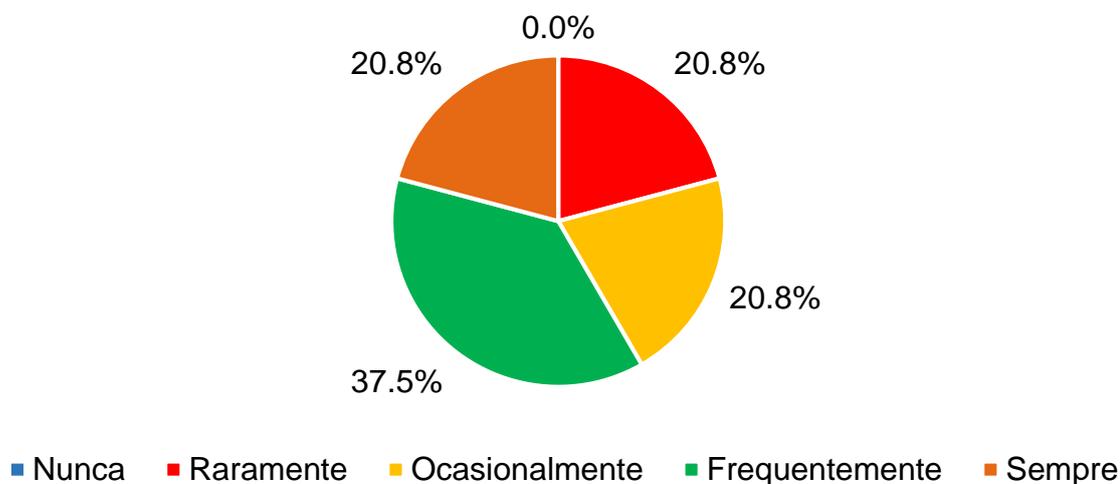
Figura 8: Trabalhar diretamente com pessoas causa-me estresse



Fontes: Dados da Pesquisa

Dessa forma, 37,5% afirmam que o trabalho é motivo de exaustão frequentemente, enquanto 20,8% afirmam que o trabalho é sempre o gerador do sentimento de desânimo (ver Figura 9).

Figura 9: Meu trabalho deixa-me exausto



Fontes: Dados da Pesquisa

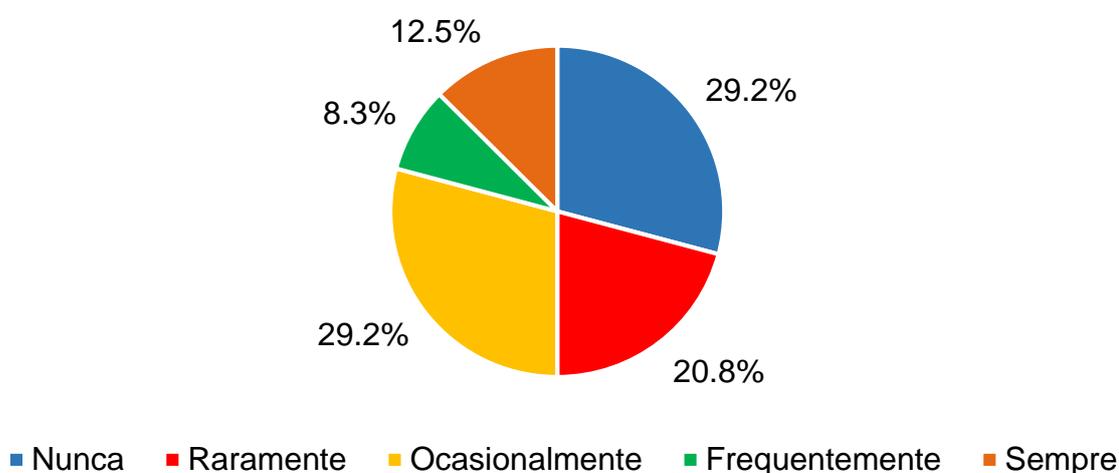
No caso dos professores, esses números são preocupantes pois sabe-se que além do contato direto com a criança, há também a necessidade de alguns cuidados básicos, principalmente na educação infantil, que podem ser afetados devido à exaustão e estresse em lidar com outras pessoas.

Dessa forma, relembramos que a afetividade é um ponto crucial na relação entre professor e aluno, na medida que geram respeito, confiança e motivação entre as partes envolvidas, e por consequência, a mediação para a aprendizagem torna-se significativa (CODD, 1999). Assim, se há um abalo

emocional que afeta, principalmente sua vontade e bem-estar na convivência com o outro, a qualidade do trabalho docente está sendo diretamente prejudicada.

O percentual de sentimento de frustração com o trabalho aponta que 12,5% sentem-se sempre decepcionados, enquanto há uma igualdade na quantidade de profissionais que ocasionalmente ou nunca se sentiram dessa forma, marcando o percentual de 29,2% (ver Figura 10).

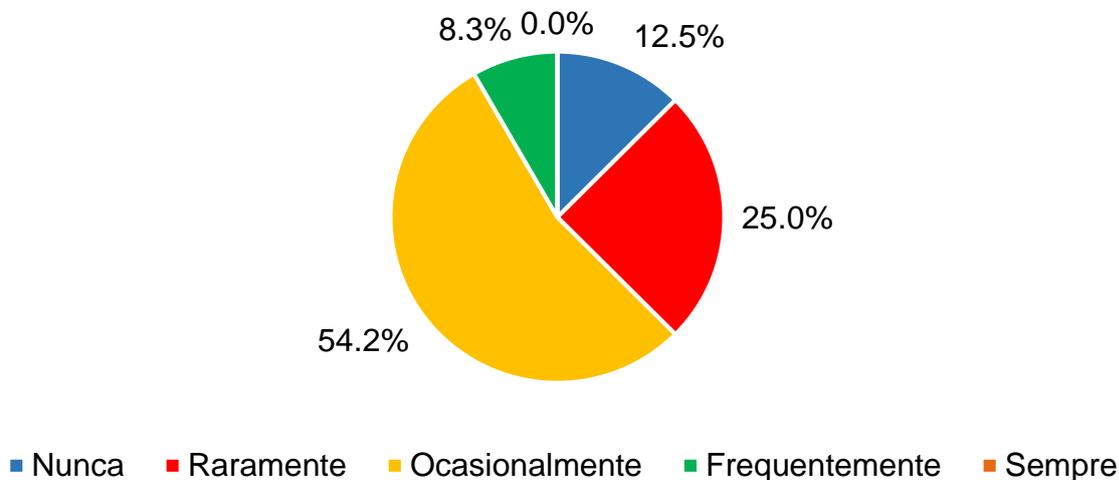
Figura 10: Sinto-me frustrado com o meu trabalho



Fontes: Dados da Pesquisa

Por fim, no que diz respeito ao âmbito de exaustão emocional da Escala de Maslach, em maior número, 54,2% (ver Figura 11) dos professores participantes da pesquisa dizem perceber ocasionalmente que já atingiram o limite de suas possibilidades na perspectiva pessoal ou profissional, ou seja, percebe-se que há uma falta de entusiasmo e expectativas de crescimento e realização.

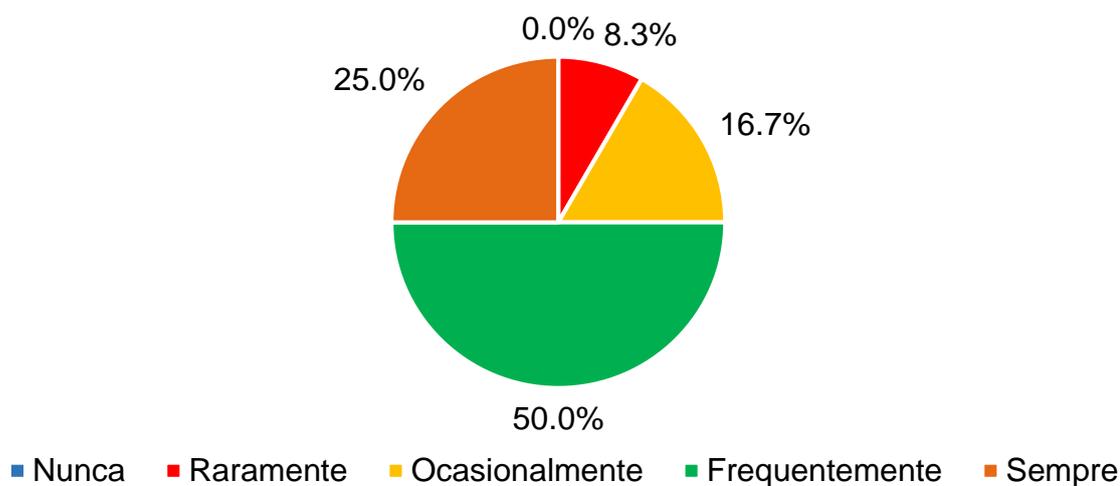
Figura 11: Sinto que atingi os limites das minhas possibilidades (pessoal e/ou profissional)



Fontes: Dados da Pesquisa

No âmbito da realização pessoal no trabalho, que se refere ao envolvimento e comprometimento com o seu trabalho, os dados mostram que 16,7% dos professores raramente conseguem compreender com facilidade os sentimentos de seus alunos, enquanto 50,0% dizem que ocasionalmente sentem facilidade em entender suas emoções (ver Figura 12).

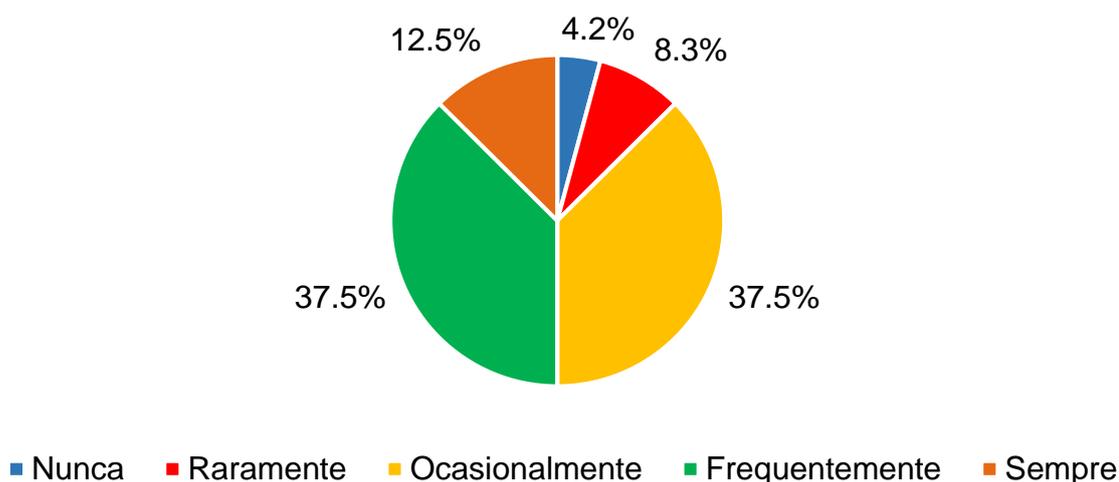
Figura 12: Posso entender com facilidade o que meus alunos sentem



Fontes: Dados da Pesquisa

Em números iguais, 37,5% dos professores dizem que ocasionalmente ou frequentemente conseguem lidar de forma eficaz com os problemas dos alunos (ver Figura 13).

Figura 13: Lido de forma eficaz com os problemas dos alunos



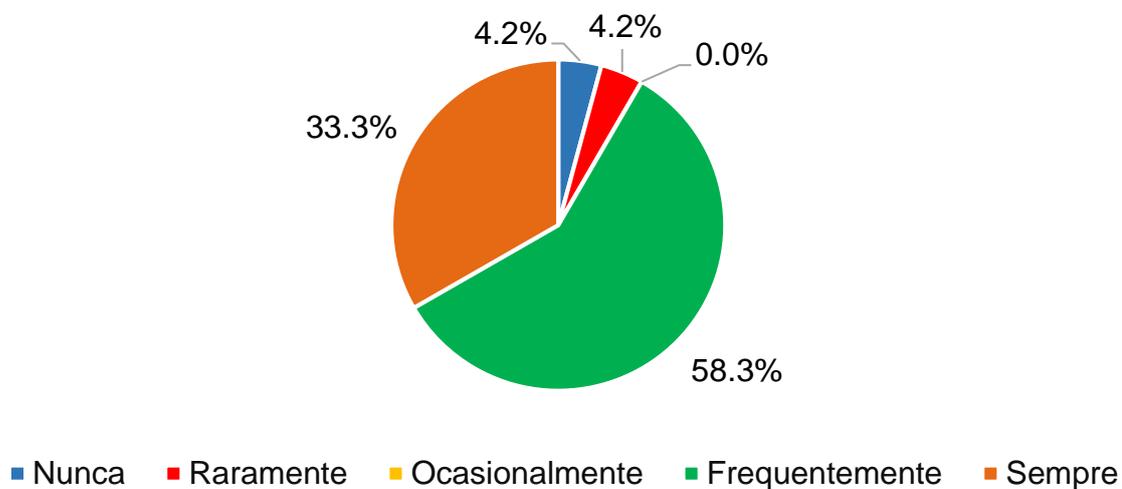
Fontes: Dados da Pesquisa

Refletindo sobre essas informações, destaca-se que todos os trabalhos requerem algum tipo de desprendimento afetivo, mas que a docência é permeada por afeto em todos os seus sentidos, pois essa é uma das fundamentações para o trabalho ser efetivado e existir um ensino e compreensão significativos. Dessa forma, há sempre um jogo de conquista na relação entre o professor e seus alunos, que necessitam de um gasto da energia afetiva do professor (CODO, 1999), para conseguirem chegar até seus alunos, seja na atividade de trocas de conhecimento ou na resolução de conflitos na sala de aula.

Na pesquisa, os dados revelam que 58,3% dos docentes sentem que influenciam positivamente na vida dos outros com o seu trabalho (ver

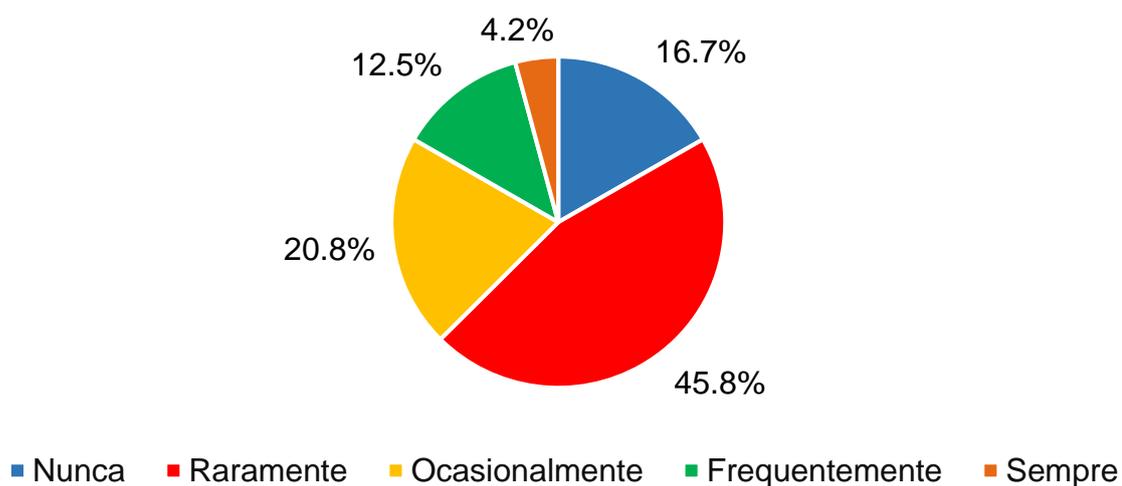
Figura 14), embora 45,8% afirmam que raramente sentem-se com vitalidade (ver Figura 15). Reforça-se, portanto, que há um gasto de energia afetiva dos docentes para compreenderem seus alunos e sentirem que estão apresentando uma imagem positiva, mas que sua força vital, isto é, suas energias, estão fracas.

Figura 14: Sinto que influencio positivamente a vida dos outros com o meu trabalho



Fontes: Dados da Pesquisa

Figura 15: Sinto-me com muita vitalidade

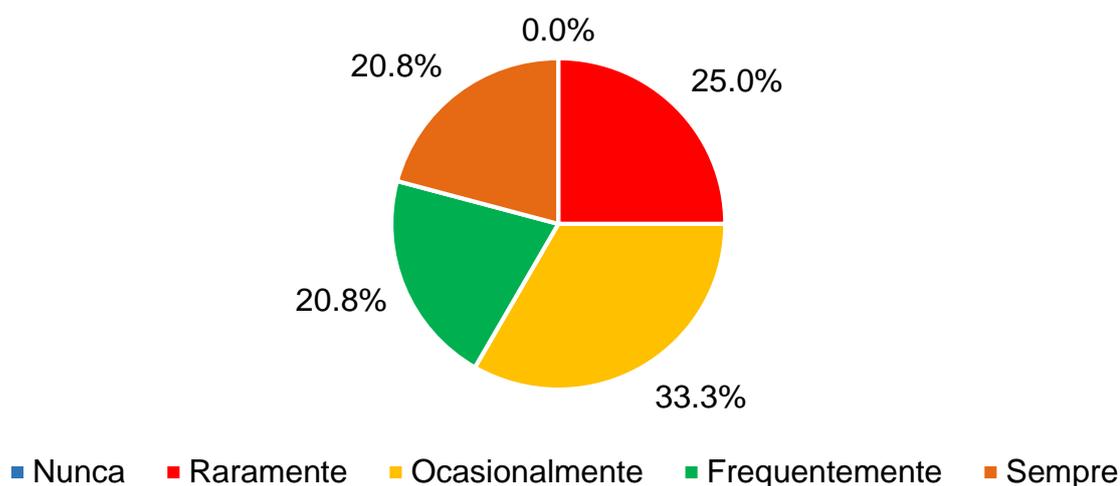


Fontes: Dados da Pesquisa

Em se tratando de conseguir proporcionar um ambiente adequado para os alunos, em termos de uma atmosfera relaxada e saudável, a maioria dos professores dizem que apenas ocasionalmente conseguem esse feito, chegando

em 33,3%, enquanto 20,8% dos professores dizem que sempre conseguem proporcionar esse meio para os educandos (ver Figura 16).

Figura 16: Posso criar facilmente uma atmosfera relaxada para os meus alunos

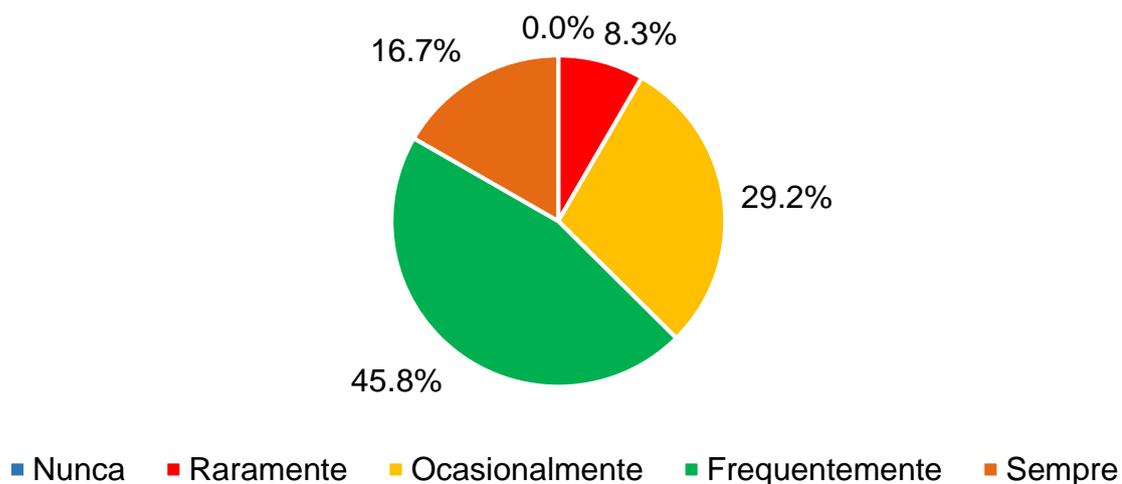


Fontes: Dados da Pesquisa

É possível perceber que mesmo com todas as dificuldades apresentadas, seja no aspecto mais prático da docência ou no que diz respeito a qualidade de vida e saúde emocional dos professores, ainda há um certo estímulo e forças para seguir no trabalho. O comprometimento dos docentes com a educação e com seus alunos pode ser a chave que permite que continuem fazendo o seu trabalho com alguma disposição e esperança de melhoras ou retorno positivo de suas ações.

Assim, 45,8% dos participantes da pesquisa afirmam que frequentemente sentem-se estimulados após trabalhar com os seus alunos, embora haja uma taxa de professores que raramente ou ocasionalmente se sentem desta forma, representando 8,3% e 29,2%, respectivamente (ver Figura 17).

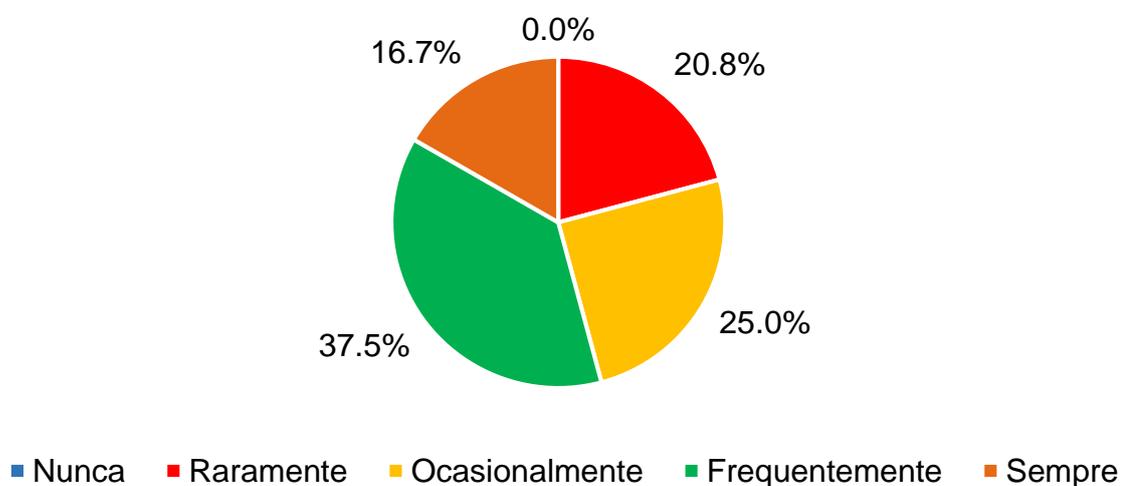
Figura 17: Sinto-me estimulado após trabalhar com os meus alunos



Fontes: Dados da Pesquisa

Ainda sobre o sentimento de realizações, há uma ordem crescente onde 20,8% sentem que raramente tem conseguido grandes feitos na sua profissão, 25% sentem que ocasionalmente e 37,5% frequentemente (ver Figura 18).

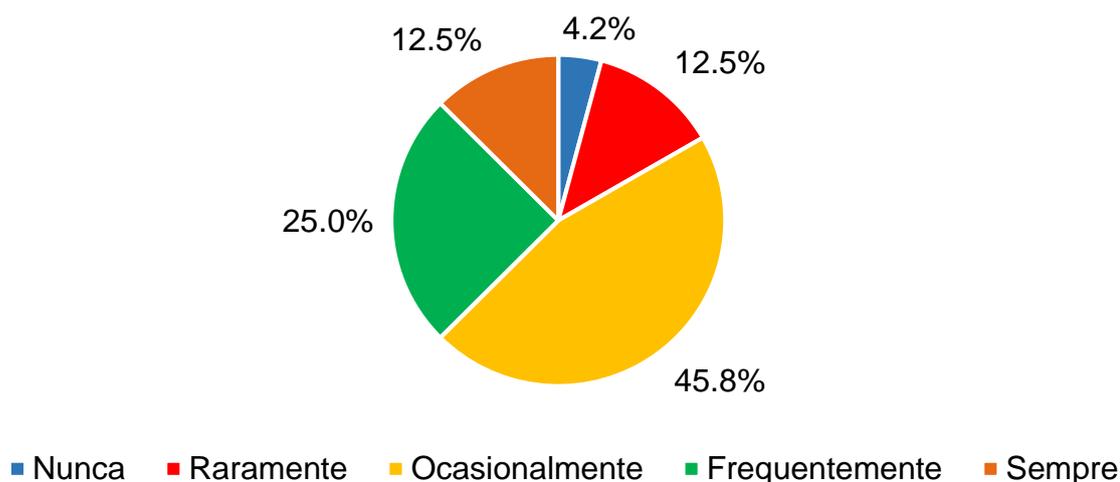
Figura 18: Tenho conseguido muitas realizações na minha profissão (pessoal e profissional)



Fontes: Dados da Pesquisa

Na maior pontuação, o percentual alcança 16,7%. Quando perguntado sobre sua capacidade de tratar de forma adequada os problemas emocionais ligados ao trabalho, 45,8% afirmam que apenas ocasionalmente conseguem agir devidamente (ver Figura 19).

Figura 19: Sinto que sei tratar de forma adequada os problemas emocionais no meu trabalho



Fontes: Dados da Pesquisa

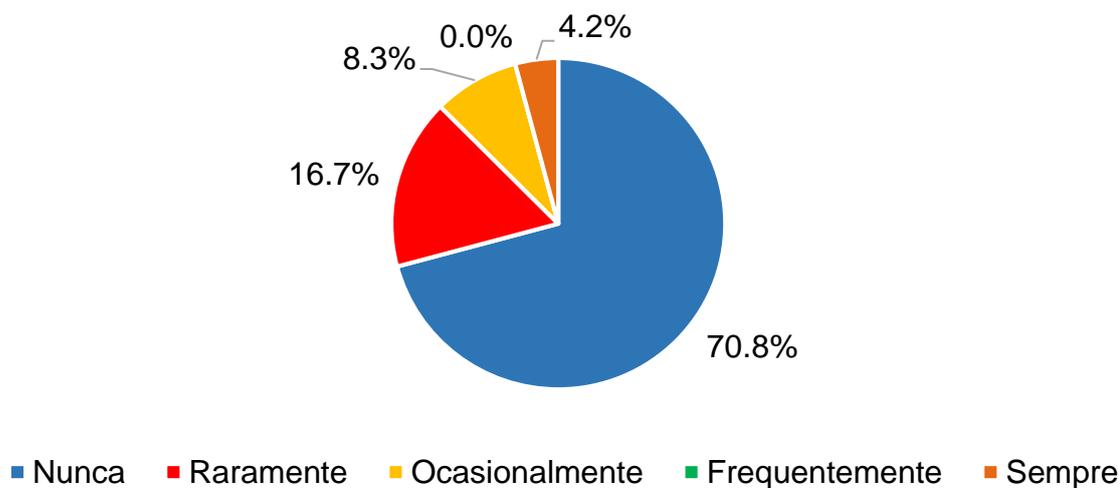
Enfatiza-se, então, que se existe uma tensão entre o docente e a sua turma, a mesma não se instaura de uma hora pra outra, mas é formada a partir das dificuldades já existentes no ambiente escolar, que, se não tratadas devidamente, consomem energia emocional do professor, causando estresse laboral e dificuldade de elaborar novas propostas e enxergar outros caminhos na resolução de problemas e aproximação com os educandos. Para Codo (1999), a realidade no local de trabalho pode influenciar diretamente no grau de tensão, fazendo com que o afeto e a emoção presentes no ato de cuidar e educar sejam afetados negativamente

Nas questões tratadas a despersonalização, isto é, o distanciamento, atitudes de indiferença e o endurecimento afetivo em relação a outras pessoas do mesmo ambiente de trabalho, foram trabalhadas algumas questões que envolvem justamente o sentimento de estranhamento para com o outro.

Os dados mostram que, no pior caso, 4,2% dos professores participantes da pesquisa sentem que tratam os seus alunos como se fossem objetos impessoais (ver

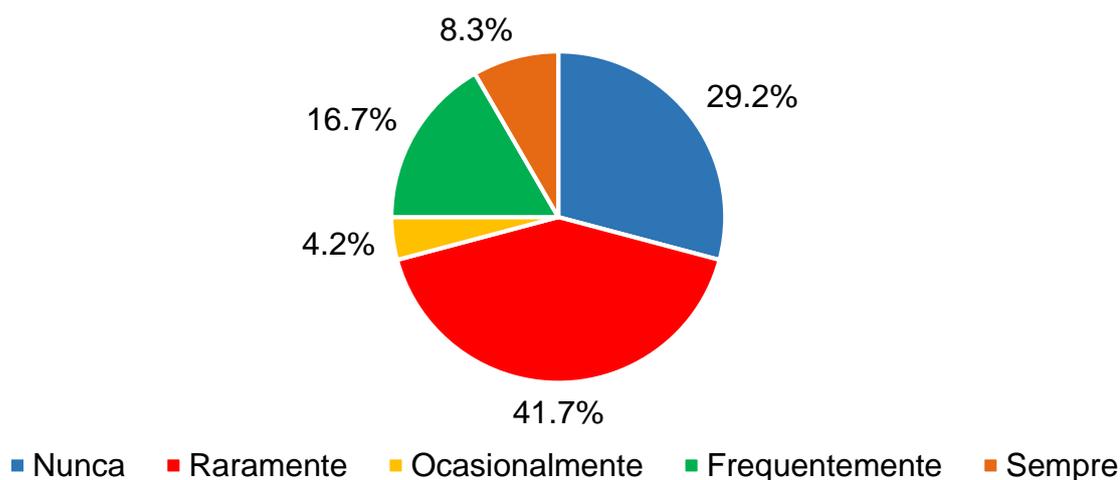
Figura 20). Enquanto, 16,7% percebem que frequentemente estão se tornando mais insensíveis com as pessoas do local de trabalho (ver Figura 21) e 8,3% percebem que estão sempre sentindo-se dessa forma. Em geral, 8,3% percebem que o trabalho é o principal motivo para o endurecimento emocional e distanciamento afetivo (ver **Error! Reference source not found.**).

Figura 20: Creio que trato alguns alunos como se fossem objetos impessoais



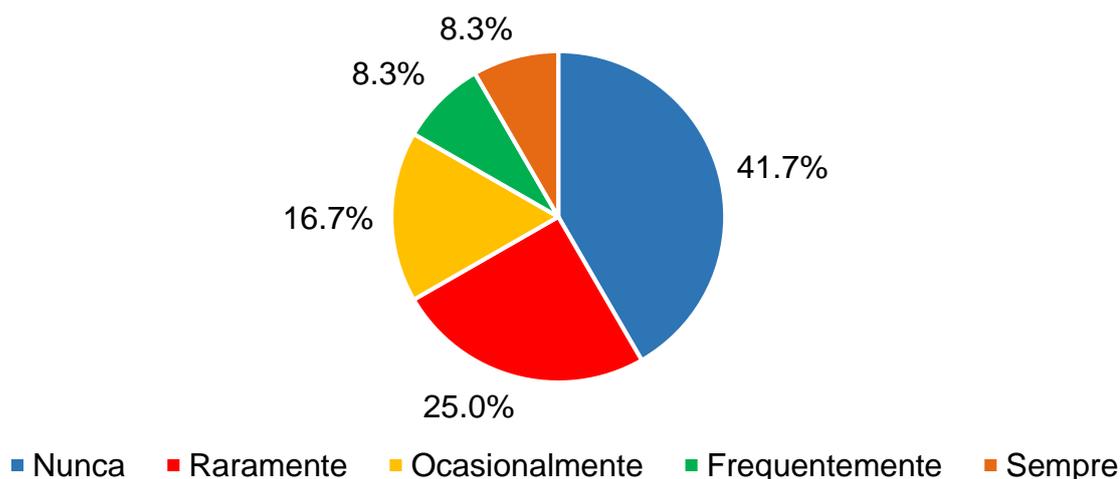
Fontes: Dados da Pesquisa

Figura 21: Tenho me tornado mais insensível com as pessoas que trabalho



Fontes: Dados da Pesquisa

Figura 22: O trabalho pode estar me endurecendo emocionalmente



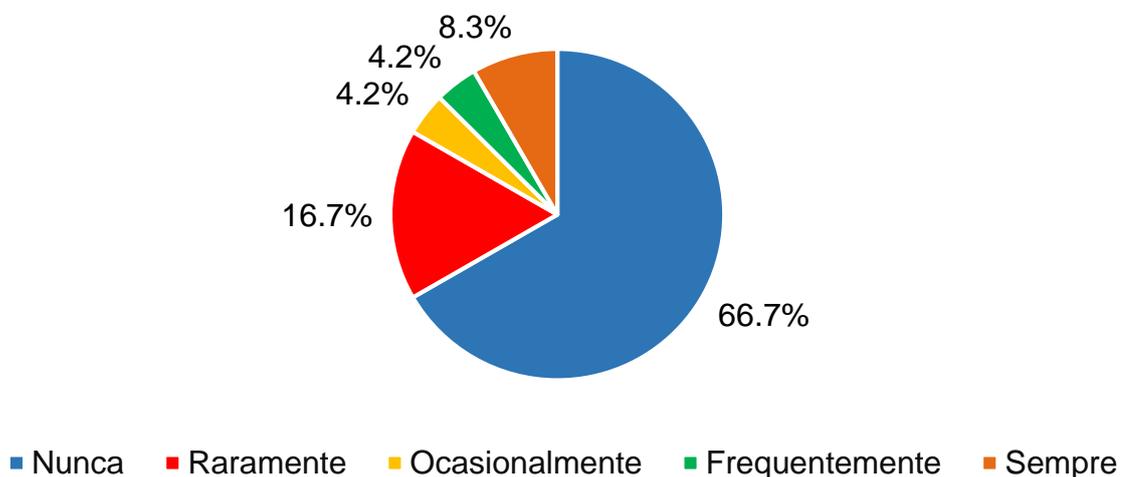
Fontes: Dados da Pesquisa

Já foi dito a importância do afeto na relação entre professor e aluno na construção de uma aprendizagem significativa. No mais, na profissão docente, segundo Nóvoa (1992), o professor não consegue dividir o “eu pessoal” do “eu profissional”, pois a profissão requer, antes de tudo o contato direto com sujeitos ainda em formação e que nas ações pedagógicas existentes, está intrínseco os valores e ideais da relação humana. Desta forma, pensa-se em como o desencanto com a profissão e o estresse laboral irão afetar nas relações com o outro, principalmente, nos momentos de conflitos.

Quando perguntado sobre uma preocupação real com os seus alunos, de acordo com suas necessidades e dificuldades, 8,3% dos participantes afirmam

que não há essa preocupação, enquanto a maioria, representando 66,7% afirmam que nunca se sentem assim, despreocupados (ver Figura 23).

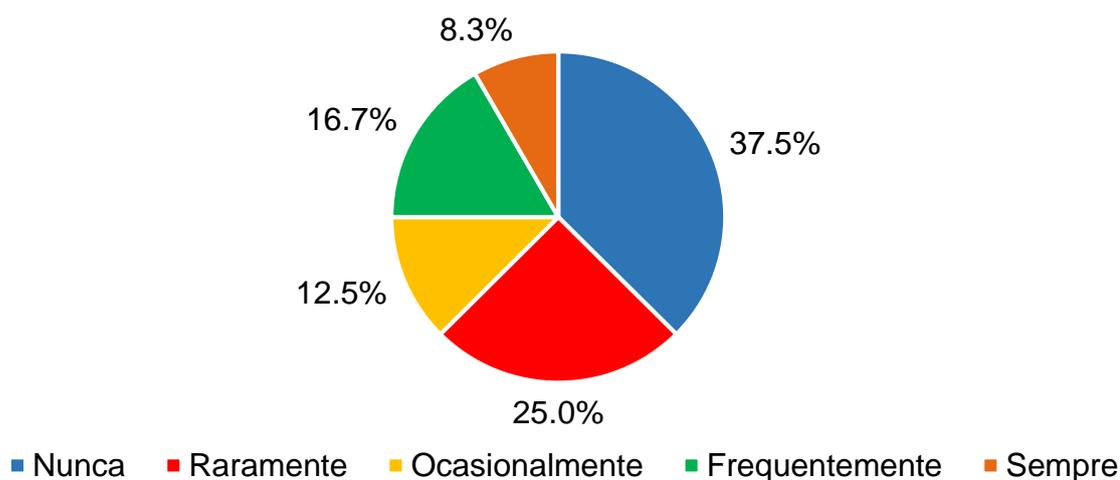
Figura 23: Não me preocupo realmente com os meus alunos



Fontes: Dados da Pesquisa

De acordo com o percentual 8,3% dos participantes afirmam que sentem que os culpam por algum problema referentes à educação ou aprendizagem, na perspectiva de respostas negativas, 16,7% sentem que frequentemente são culpados (ver **Error! Reference source not found.**).

Figura 24: Sinto que os alunos/pais me culpam por alguns de seus problemas (educacionais)



Fontes: Dados da Pesquisa

Por fim, reflete-se que a causa desse endurecimento emocional pode ser provocado exatamente pelo cansaço emocional de ter que lidar com tantos problemas em sala de aula, como: as dificuldades de aprendizagem dos educandos; a falta de apoio da gestão escolar; as cobranças excessivas e sentimento de culpa e frustração relacionados às necessidades não atendidas de seus alunos. Dessa forma, a coisificação do outro e insignificância da dificuldade alheia é a efetivação da proteção emocional, que funciona para que os professores não sintam os conflitos afetivos que a relação direta com os alunos provoca.

Analisando as respostas da Escala de Maslach de acordo com o sistema de pontuação estabelecido, percebemos que não há presente nenhum docente nas classificações de “Nenhum Indício de Burnout” ou “Possibilidade de Desenvolver Burnout”, pois de acordo com as respostas recebidas em cada formulário, cada docente participante da pesquisa demarca alguns sentimentos relacionados aos sintomas problemáticos da Síndrome de Burnout.

Tabela 1: Escala de Maslach

Classificação	n	%
Nenhum Indício de Burnout	0	0,0%
Possibilidade de desenvolver Burnout	0	0,0%
Fase Inicial do Burnout	7	29,2%
Burnout começa a se instalar	15	62,5%
Fase Considerável de Burnout	2	8,3%

Fontes: Dados da Pesquisa

Outros dados pertinentes à classificação da Síndrome de Burnout, demonstram que 29,2% dos professores estariam em uma fase inicial da síndrome. Em maior número, a representação percentual de 62,5% significa que os sintomas da síndrome de Burnout já estariam se instalando, ou seja, dando seus primeiros indícios na vida dos professores. Por fim, 8,3% dos participantes da pesquisa já estariam sofrendo em uma fase considerada mais avançada e severa.

Os resultados da pesquisa revelam uma necessidade de acompanhamento e apoio psicológico aos docentes, visto que sintomas da síndrome de Burnout se fizeram presente em diferentes graus, porém mais visíveis em determinados âmbitos, seja ele na exaustão emocional, a despersonalização ou na baixa realização pessoal no trabalho. Pode-se afirmar que diante de tantos fatores os quais precarizam a educação, a saúde docente é mais um aspecto diretamente afetado e esquecido, mas que as consequências são sentidas diretamente nas relações e interações no ambiente de trabalho e na qualidade das realizações de suas atividades.

## **6. CONCLUSÃO**

Desde que a humanidade se construiu a partir da racionalidade e intencionalidade, sua sobrevivência dependeu da coletividade. Era nessa coletividade que havia uma divisão natural do trabalho, onde os serviços propostos a cada sujeito tinham o objetivo de saciar as necessidades e seus desejos, ponderado e alicerçado para o desenvolvimento dos seres humanos. Porém, com as iniciativas das propriedades privadas e separação dos sujeitos em diferentes classes, ocorreu uma divisão não natural do trabalho, que tomou novas características e finalidades. O senso de coletividade, presente outrora, foi sendo destruído lentamente e continuamente com os novos contornos e significado do trabalho. O mesmo, tornou-se instrumento de segregação e estranhamento a si mesmo e ao outro, deixou de ser aquilo que unia.

Esse desenvolvimento, ou pseudodesenvolvimento, trouxe consequências drásticas em todos os aspectos da vida humana, desde a natureza, na sociedade, nas comunidades, e por fim, no âmbito educacional, que sempre sofre influências a partir das mudanças de outras esferas. Nesse meio, está o professor, cuja imagem tem sofrido desgastes culturais e políticos, e os

reflexos dessas degradações vêm tornando o trabalho docente cada vez mais mecânico e técnico, perdendo a sua essência em prol dos interesses econômicos.

A educação é muito ampla. Diferente de outros trabalhos, o seu objeto é humano, ou seja, o professor lida diretamente com um amplo público de alunos de diferentes realidades, desejos e necessidades. Assim, o trabalho docente é imprevisível, embora demande planejamento e reflexão de cada passo que é dado, ele é feito antes e continua dando resultados ainda depois, nunca é totalmente efetivado. Porém, vem sendo alvo de uma série de exigências, mediante políticas públicas com ideais neoliberais, que insistem no dismantelo da escola pública e na valorização da iniciativa privada, e, por consequência, a desvalorização, a desigualdade, a proletarização docente e desintelectualização em prol de uma minoria dominante, que busca implementar os seus interesses econômicos no ambiente escolar.

Consequentemente, percebemos que há um estranhamento do professor em relação à sua própria identidade -pessoal, social e profissional-, na medida que existe um desencanto com a profissão e desajustes emocionais. A escola, lugar que deveria promover o desenvolvimento pleno do educando, vem se tornando um lugar de luta constante contra as amarras do sistema, sofrendo ataques à sua identidade emancipatória, humana e igualitária. Percebe-se, portanto, através das pesquisas realizadas, que os professores não esperam melhorias no seu trabalho, visto que as instituições de educação andam cada vez mais sobrecarregadas de responsabilidades, embora permaneçam sem o incentivo e qualificação necessário para atender a toda demanda.

Conclui-se, de acordo com as pesquisas realizadas, que a classe docente vem sendo frequentemente exposta a fatores estressantes na sua área de atuação e trabalho, consequentemente tornam-se mais expostos ao risco de desenvolver síndromes ligadas ao estresse, como a Síndrome de Burnout. As exigências de multifunções (pedagógicas, burocráticas, orientação da turma, produção acadêmica, educação contínua, dentre outras), a invasão de atividades ligadas ao trabalho no seu lar, principalmente em tempos de pandemia, a baixa remuneração, falta de apoio da gestão, falta de autonomia e

desvalorização são os principais fatores que colaboram para o adoecimento mental e diminuição no prazer de exercer a profissão.

A sociedade vem convivendo com professores cansados, exaustos, frustrados e tensos. Observamos que tratando da Escala de Maslach e suas respectivas dimensões há a incidência de alguns sintomas da Síndrome de Burnout Houve um alto índice no aspecto de Exaustão Emocional, devido ao exagero de exigências e atividades que são atribuídas à imagem do docente e que o trabalho impõe. No aspecto de envolvimento pessoal e realização profissional, os índices foram melhores que o primeiro ponto trabalhado, assim, os docentes ainda tem algum grau de comprometimento e expectativas de bons resultados a partir do seu trabalho com os alunos, ou seja, mesmo desmotivados e cansados, há um esforço em prol do sucesso dos educandos. Quanto à última dimensão, percebe-se que há um índice significativo de professores que se sentem mais endurecidos emocionalmente, efeito direto dos desgastes vivenciados cotidianamente.

Dessa forma, é necessário conscientizar todos os sujeitos envolvidos na problemática da importância de promover discussões sobre a importância do cuidado da saúde física e psicológica do educador, uma vez que é necessário estar em condições básicas de saúde para o exercício de sua profissão, de forma que não afete sua energia para as atividades propostas, sua autoestima e vontade de trabalhar, e, também, sua relação afetiva com o outro, principalmente tratando-se do educando. De igual forma, é necessário que os professores reconheçam os riscos de ignorarem os sintomas do esgotamento emocional e serem capazes de encontrar uma rede de apoio quando necessário.

Por fim, mais do que todas essas precauções, é preciso refletir que todos esses sintomas que afetam a saúde do educador advêm de efeitos e desgastes que a educação vem sofrendo, que, por sua vez, está enraizada nos princípios do atual sistema econômico, que visa apenas o lucro e exploração do trabalhador. A educação é um trabalho coletivo e realmente humano, devendo ser pensada no desenvolvimento do ser social. É importante que essas colocações estejam claras para os professores e que esse interesse seja tratado de forma comum e não numa perspectiva individualista.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I.; SANTOS, R. . **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!** Revista Ibero-americana de Educación, 2005.

ANTUNES, R. **Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato.** Vitória: Argumentum, v.2, n.2, p. 09-15, 2010

ARAÚJO, T. M; MARTINS C.F. **Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos.** Educação & Sociedade, vol. 30, núm. 107, mayo-agosto, 2009, pp. 427-449 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil

BITTAR, M.; JUNIOR, A.F. **Proletarização de professores.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343 de 17 de março de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 22 de jul de 2021

CARLOTTO, M.S; CÂMARA, S.G. **Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares.** Psicologia em Estudo. Maringá, v. 9, n. 3, p. 499-505, set./dez. 2004.

CARVALHO M R. V. **Perfil do professor da educação básica.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. 67p. (Série Documental Relatos de Pesquisa, n. 41).

CASTRO, A. M. A. ; NETO, A. . **Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina.** O Público e o Privado, v. 5, p. 7-23, 2005.

CODO, W.; GAZOTTI, A. **Trabalho e afetividade.** In: Wanderley Codo. (Org.). Educação: Carinho e Trabalho. 4ªed, p. 48-59, 2006

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho.** Petrópolis: Vozes/ Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999

COSTA, A.. **As Transformações No Mundo Do Trabalho Em Tempos Neoliberais E Suas Implicações No Trabalho Docente.** Revista de Educação, Niterói, 2018

DIAS, J. T. **Burnout: um indicador sem uma teoria um estudo exploratório das possíveis contribuições psicossociais para a compreensão do esgotamento emocional no trabalho.** Tese de Mestrado pela PUC-SP, 2003

DIEB, M. **Pesquisa e Prática Pedagógica II: Introdução à Pesquisa Educacional.** UFC Virtual, 2010.

DUARTE, J. F. **Trabalho docente em tempos de neoliberalismo**. Distrito Federal, 2011

DWORAK, A.P; CAMARGO, B. C. **Mal-estar docente: um olhar das professoras e coordenadoras pedagógicas**. Olhar de Professor, v. 20, p. 109-121, 2017.

ENGUITA, M. F. **A ambigüidade da docência: entre o profissional e a proletarianização**. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.

Esteve, J. M. **O Mal-Estar Docente: A-Sala-de-Aula E A Saúde Dos Professores**. Bauru/Sp: Edusc, 1999.

Feliz, S. A.; Damiao, A, P. **Modernidade e Globalização Neoliberal: A Nova Condição do Trabalho e dos Trabalhadores no Contexto da Mentalidade de Curto Prazo**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP). V. 16, P. 211-225, 2013.

FORATTINI, C.M; LUCENA, C. **Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho**. Laplage em Revista, v. 1, N 2, p. 32-47, 2015.

FRANÇA, T. L. B; OLIVEIRA, A. C. B. L; LIMA, L.F; MELO, J. K. F.; SILVA, R. A, R. **Síndrome de Burnout: Características, Diagnostico, Fatores de Risco e Prevenção**. Rever enfermo online. Recife, 2014 v.8 ed.10 p. 35-39-46.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários para prática educativa. 6ªed. RJ:Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. A. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 3ª ed. Cortez editora: São Paulo, 2010.

GIL MONTES, P.R. **A síndrome da queima para o trabalho ("Burnout"): uma doença relacionada ao trabalho**. A sociedade do bem-estar. Madrid, Espanha: Pirâmide, 2005.

GOUVÊA, V.L. **Concepções de Saúde na Pauta Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/qNpNfFDhBpSqFS7tVjjGgLj/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Ibope, Instituto Brasileiro De Opinião Pública E Pesquisa. **Todos Pela Educação: Profissão Docente**, 2018.

Isma, International Stress Management Association. **Trabalho, Stress, Saúde: Prevenindo O Burnout - Da Teoria À Ação**. Porto Alegre.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOURENCETTI, G. C. **A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano da sala de aula**. Revista Educação Pública, v. 23, n.º 52, p. 13-32, 2014.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MASLACH, C. P., LEITER, P. M. **Fonte de Prazer ou Desgaste?** Guia para vencer o estresse na empresa. Campinas: Papyrus; 1999

MASLACH, C; JACKSON, S. E. **The measurement of experienced burnout**. **Journal of Occupational Behavior**, 1981.

MILLS, W. **A nova classe média**. Trad. de Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MIRANDA, A. L. F.; CARDOZO, E. N. R.; SANTOS, M. S.; PESSOA, L. N. F. **Educação e neoliberalismo em contexto brasileiro: elementos introdutórios à discussão**. In: XIII Encontro Nacional de Educação, 2017, Curitiba.

MORAES, R. C. C. **Neoliberalismo- De onde vem, Para onde vai**. Ed. São Paulo: Senac, 2001. V. 1; 154p.

NÓVOA, A. (org.). **Vidas de Professores**. 2 ed. Portugal: Porto, 1992.  
Oliveira, J. F. Libâneo, J. C. **A Educação Escolar: Sociedade Contemporânea**. In: Revista Fragmentos De Cultura, V.8, N.3. Ifiteg, 1998.

Organização Internacional Do Trabalho. **A Condição Dos Professores: Recomendação Internacional De 1966, Um Instrumento Para A Melhoria Da Condição Dos Professores**. Genebra: Oit/ Unesco, 1984.

SANTOS, D; SOUZA, R; NOVAES E. **A SÍNDROME DE BURNOUT E A SAÚDE DO PROFESSOR**. Vale do Rio Doce, Minas Gerais. 2017

SANTOS, G.B; et al. **Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309

SAVIANI, D. **Formação e condições de trabalho docente**. In.: Educação e cidadania. Campinas: Alínea, 2005.

SOUZA, A. S; et al. **Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Teixeira, L. **Somente 23% Dos Professores Recomendariam A Profissão Aos Jovens**. Nova Escola, 2018. Disponível Em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude>. Acesso Em: 03 De jun. De 2020.

TOSTES, M. V.; ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S.; HAUER JUNIOR, A. **Sofrimento mental de professores do ensino público**. SAÚDE EM DEBATE, v. 42, p. 87-99, 2018.

Vieira, I. **Conceito(S) De Burnout: Questões Atuais Da Pesquisa E A Contribuição Da Clínica**. Rev. Bras. Saúde Ocup., São Paulo, V. 35, N. 122, P. 269-276, Dec. 2010.